



DL-01

Ses. Esp.13/09/12

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial com o objetivo de avaliar o Programa Minha Casa Minha Vida, proposta por esta deputada que preside esta sessão, coordenadora da Subcomissão Especial de Desenvolvimento Urbano.

Para compor a Mesa, convido a arquiteta e urbanista Eleonora Márcia, superintendente de Habitação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (palmas); a consultora da presidência da Caixa Econômica Federal que representa, neste ato, o presidente da Caixa Econômica, Jorge Eredas, companheiro baiano que está fazendo um belíssimo trabalho à frente da Caixa Econômica; a Sr^a Evaniza Rodrigues, representante legítima dos movimentos populares da luta pela moradia (palmas); o Sr. Diretor de Habitação da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, José Ubiratan Cardoso, que, aqui, junto com Eleonora Márcia, representam o governo do estado da Bahia (palmas); a defensora Melissa Florina Teixeira, coordenadora da Comissão de Moradia do Conselho Nacional que representa a Defensoria Pública Geral do Estado da Bahia, Maria Célia Padilha, pois todo movimento de luta pela moradia conhece o seu trabalho (palmas); a Sr^a Diretora Ana Carolina André Rabelo, representando Paulo Damasceno, secretário municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente de Salvador, (palmas); o nosso companheiro Ildemário Proença, coordenador do Movimento dos Sem Teto de Salvador, MSTs (palmas); a Sr^a Marli Carrara, coordenadora nacional da União Nacional por Moradia Popular, UNMP (palmas); o representante da Federação das Associações de Bairros de Salvador, FABS, esta tradicional entidade que representa todo movimento de luta desta cidade, Francisco Freitas, o nosso Chico (palmas); o representante da Frente de Luta Popular, Marcelo Barbosa (palmas); o Sr. Adeildo Ferreira, representante do MNLM – Movimento Nacional de Luta Popular pela Moradia (palmas).



Existem outros companheiros dos movimentos que ainda não estão nesta Mesa, mas, com certeza, serão convidados a compô-la assim que adentrarem a este plenário.

Quero agradecer a presença de todos. Ao longo desta sessão, citaremos os nomes de tantos e tantos companheiros da luta pelo desenvolvimento urbano, pela moradia digna que enche este plenário nesta manhã. Agradeço a presença do companheiro Ubiratan Félix, do Senge, nosso parceiro em todos os momentos; a presença da representação do CREA; do Sinduscon, a nossa companheira Lucy Carvalho e muitos outros que citaremos ao longo da sessão.

Quero agradecer a presença dos companheiros dos movimentos populares do interior da Bahia que estão aqui como os representantes de Ilhéus, Paulo Afonso, Jequié e Guanambi, a fim de mostrar a mobilização e a articulação deste movimento em nível do estado da Bahia.

Quero dizer para os senhores que a intenção desta subcomissão é discutir o problema com os setores interessados. Para aqueles que pela primeira vez estão aqui nesta Casa, esclareço que a Assembleia Legislativa da Bahia tem uma Comissão de Desenvolvimento Urbano e uma Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Quando nós assumimos o mandato no ano passado, em 2011, verificamos não termos um espaço dentro das comissões desta Casa que tratam dos diversos assuntos aqui, não tínhamos uma comissão que tratasse especificamente do desenvolvimento urbano, que é de fato um dos pontos importantes na busca pela melhoria de vida da nossa gente. Propusemos ao presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo, que fosse criada uma subcomissão de desenvolvimento urbano. Fomos atendidos e esta subcomissão foi criada no ano passado e, de lá para cá, temos realizado diversos debates, inclusive debates sobre o programa Minha Casa Minha Vida.

Depois de três anos, quase quatro, do programa lançado em março de 2009, é chegado o momento do primeiro milhão de unidades habitacionais que previam o Minha Casa Minha Vida I, já quase um milhão, próximo disso e o programa Minha Casa Minha



Vida II, contratado pelo Brasil afora. E nós na Bahia, com o Minha Casa Minha Vida I fomos o que mais contratamos unidades habitacionais. Somos o Estado que proporcionalmente mais contratou unidades habitacionais, mostrando a articulação construída na Bahia entre o empresariado, a Caixa, o governo do Estado – que coordenou esse programa, entre as diversas prefeituras e os movimentos sociais, que foram grandes mobilizadores desse processo e que chegássemos aos números que chegamos em 2010, 2011.

É chegado o momento, já entregues em Salvador 10 mil unidades, de fazermos uma avaliação de como está de fato o programa, como ele se comporta em nível nacional, como está em nosso município Salvador e como ele está na Bahia.

Por isso estamos aqui nesta manhã para debater e avaliar esse programa tão importante, um programa que, pela primeira vez na história do Brasil, faz-se habitação de interesse social. Pela primeira vez se faz habitação voltada para a população que mais precisa dessas unidades habitacionais, habitação subsidiada, 85% do custo dessas unidades são bancados por todos nós, pela sociedade, pelo governo do Estado, pelo governo federal, pelas prefeituras, pelo menos alguma contribuição em alguns momentos, mas são bancadas por todos nós. Esse é um direito daqueles que não tiveram condições de ter por si, porque a sociedade não lhes deu, o direito, com o suor do seu rosto, de ter acesso à habitação. É possível, é necessário, é direito de todos, como estabelece a nossa Constituição, uma moradia, um direito fundamental.



3891-II

Ses. Esp. 13/09/12

Or. Evaniza Rodrigues

Avaliação do Programa Minha Casa Minha.

A Sr. PRESIDENTE (Maria del Carmem):- Eu queria, neste primeiro momento, iniciar esta sessão através da fala de Evaniza, que vai apresentar um resumo em nível nacional do que fizemos, do que foi realizado pelo governo federal, pela Caixa Econômica. Evaniza é assessora especial da Caixa.

A Sr^a EVANIZA RODRIGUES: - Bom dia a todos e a todas, quero agradecer a à Assembleia Legislativa, especialmente à deputada Maria del Carmem por convidar a Caixa para estar neste momento compartilhando com vocês essa avaliação. Quero dizer que é muito importante para a gente fazer essa avaliação conjunta para que a gente possa construir, aperfeiçoar o programa e avançar, porque ainda tem muita coisa a ser feita, com certeza.

Quero trazer a saudação, o abraço do nosso presidente Jorge Hereda, que não pôde estar aqui hoje. Ele também tem essa preocupação de que os avanços desse programa sejam conquistados e discutidos por todos.

Neste momento em que concluímos uma etapa desse programa, é importante ouvir todo mundo, trazer as informações para que possamos ver como podemos dar alguns passos à frente.

(A oradora utiliza slides para a apresentação.)

Já iniciamos o Minha Casa, Minha Vida 2, só que a nossa vida não começa num dia e acaba no outro. Estamos ainda no processo de conclusão e entrega das unidades do Minha Casa, Minha Vida 1. Entretanto já estamos a pleno vapor na metade do 2. O primeiro foi de 2009 até o final de 2010. Em seguida, a partir de 2011, começou o segundo, que vai até o final desta gestão, em 2014. Portanto já estamos, praticamente, na metade deste.

Vocês sabem que esse programa foi construído a partir do acúmulo de várias discussões e de um processo de luta por moradia. Começou num momento muito delicado



vivido por nosso País, só que não veio como uma medida cíclica para evitar os efeitos da crise econômica, mas para garantir o direito de moradia aos brasileiros e brasileiras.

E um grande avanço do processo é este, pois se juntou desenvolvimento econômico com atendimento a direitos. E isso não é pouca coisa. Sempre nos falavam que moradia era gasto, era gastar em política pública. A partir dessa nova concepção moradia passou a ser considerada investimento nas cidades, tornando-se polo gerador de crescimento econômico delas.

No Minha Casa, Minha Vida 1 tivemos a contratação de 1 milhão e 5 mil unidades habitacionais, em todas as faixas. Esse programa começa na faixa 1, que vai até três salários mínimos; depois vem a faixa 2, de três a seis, e a faixa 3, de seis até dez. Claro que o nosso foco, a nossa prioridade é a faixa 1, na qual está concentrada a maior parte da falta de moradia.

No Minha Casa 2 já estamos com a contratação de quase 900 mil unidades habitacionais em todas as faixas, mas sempre perseguindo a meta estabelecida pela presidenta Dilma. Na verdade, nós da Caixa Econômica somos lembrados constantemente por ela de que temos de conseguir que 60% dos 2 milhões de casas propostas pelo programa estejam na faixa 1, que é a da baixa renda. Neste momento ainda não conseguimos chegar a essa meta, mas estamos perseguindo-a e já avançamos, na medida em que, este ano, 43% das unidades estão nessa faixa.

São 2 milhões e 600 mil casas durante todo o Minha Casa 2. Para este ano temos a meta de 707 mil casas contratadas, e já cumprimos até agora 404 mil. Quase 90% dessa meta até agosto. Esses dados, que depois a deputada vai disponibilizá-los para vocês, são agosto.

Temos os dados agregados, eu coloquei Salvador, como capital, mas é o Estado como um todo. No Minha Casa 1 tivemos a Bahia como um dos que, proporcionalmente, mais contratou. Na verdade, ultrapassou meta estabelecida para o Minha Casa 1. Alguns estados da Federação reclamaram, recebemos muitas reclamações de que a Bahia comeu algumas casas. Mas isso aconteceu, graças a Deus, devido ao trabalho feito aqui. Alguns estados não tiveram o mesmo compromisso. Isso é muito importante de dizer, gente, porque



não é possível, moradia não é uma coisa que você vai na padaria e compra – me dá dez casas aí –, mas produzir moradia é um processo e não é possível o governo federal fazê-lo sozinho. Moradia se faz na cidade, com apoio estadual. A gente tem aqui na mesa a Prefeitura e o governo do Estado, e essas metas no Estado da Bahia só foram atingidas e ultrapassadas porque a gente contou, sim, com o empenho do governo do Estado, com o empenho de prefeituras que atuaram fortemente no programa.

No Minha Casa 2, aí a coisa não está tão boa assim não, precisamos melhorar. Já temos uma contratação também significativa, acima da média nacional no Estado da Bahia, mas ainda queremos avançar mais.

Outro gargalo que temos que enfrentar é a questão, claro, como falei, moradia não é pãozinho que se compra na padaria e, portanto, contratar é uma coisa, construir é outra, e entregar é outra diferente, porque contratar a gente contrata com o projeto, com o terreno, com as viabilidades todas, construir as unidades é todo um trabalho, e a gente vai ver que na faixa I a gente começou do zero mesmo, começou fazendo os projetos, encontrando os terrenos, e depois a entrega também depende de um conjunto de fatores que é a habitabilidade, ou seja, que essas moradias tenham todas as condições de habitar. Não estamos falando aqui de simplesmente construir quatro paredes e um teto e botar o povo para morar dentro. Tem todas as demais questões. Então, temos ali as entregas do que já tem contratado e do que já tem entregue, que de fato precisamos, até no final do ano, queremos quase que dobrar esse número de entregas de unidades em todo o País.

Então, como falei, no Estado da Bahia temos algumas características importantes: primeiro, a distribuição dessas unidades é bastante interessante no Estado – vocês sabem que a UFAR atua somente em cidades com mais de 50 mil habitantes, as maiores cidades, e tivemos 71 municípios que atuaram na faixa I, que mostra uma distribuição bastante interessante, uma atuação forte na Região Metropolitana de Salvador, mas não só. E na faixa II e II, nas demais faixas de renda que atuam em outros padrões de municípios, em 226 municípios também é bastante expressivo, o que mostra a distribuição do programa em todo



o Estado. No Minha Casa 2, a gente então tem como meta no Estado da Bahia 182 mil unidades e até o momento a contratação de 25% dessa meta.

Recentemente tivemos algumas novidades, queria compartilhá-las com vocês, no programa: a primeira foi um decreto que saiu, mais ou menos há vinte dias, reduzindo a parcela que a população paga de prestação, antes eram 10% do salário mínimo, todo mundo sabe isso? Dez por cento do salário, a prestação mínima de R\$ 50,00 e 10% para quem ganha um pouquinho acima, e a partir de agora é 5% do salário por dez anos. (Palmas, muitas palamas).

Sobre essa mudança que a presidente Dilma fez, alguém pode perguntar: “Mas qual é a diferença disso? Que diferença faz?” É que a gente sabe que ao entrar na moradia nova a prestação não é a única responsabilidade que a família assume. Ela tem a prestação, ela vai ter a conta de água, ela vai pagar conta de luz, ela vai pagar os seus gastos, e em alguns casos, no caso dos prédios, que é a maior parte aqui na Região Metropolitana, o valor do condomínio. Então, esse custo é pesado para as famílias de baixa renda, e por isso a gente reduziu, o governo federal, a participação na prestação, ou seja, a prestação mais barata vai custar R\$ 25,00 por dez anos. É importante saber que é por dez anos, se a família resolver sair dessa unidade antes dos dez anos, passar para a frente, já ouvi o governador aqui falando isso, passar a casa, ele vai perder esse benefício de pagar uma prestação tão baixa. Se é moradia, é para morar, não é moradia para vender ou para passar para a frente.

E, no caso de famílias que venham de áreas de risco, áreas de desabrigados, desastres, deslizamentos, enchentes ou em caso de remanejamento de famílias por causa de obras do PAC, a família não pagará nada, ela não terá mais a prestação. (palmas). Novamente, é uma medida compensatória a essa remoção, mas novamente, ela terá, para fazer jus a esse benefício, a permanência pelos 10 anos na casa. Se ela passar a casa para a frente, perde o benefício.

Então, a gente precisa entender bem isso, para poder até falar para as lideranças, para falar para as bases e explicar isso. E, mais recente ainda, através de uma portaria, tivemos a mudança dos valores da unidade. Um dos fatores que foi levantado das



dificuldades do Minha Casa 2, era que os valores estavam muito apertados e a gente fez muitas discussões sobre isso e o valor, portanto, também aumentou.

Portanto, na capital e região metropolitana, o valor agora, era 57 e passou para 64 mil reais. No interior, passou para 60 mil reais. Então, esse valor máximo da unidade tenta então, acelerar as contratações .

A gente teve também recentemente, dia 17, uma mudança de modalidades do Minha Casa Entidades, que vou explicar depois, quando a gente passar para a frente. Quais são os desafios que a gente tem para enfrentar ainda? Eu vim aqui para discutir desafios e encontrar juntos, soluções. Primeiro, é uma compatibilização, como eu falei, casa não é pãozinho, compatibilização, coordenação dos diversos cronogramas que a gente tem para viabilizar a moradia.

Então, é construir a casa, e chegar a água, o esgoto, chegar pavimentação, chegar a drenagem, acesso até os conjuntos, é chegar a energia elétrica. Ou seja, tem-se que criar as condições de habitabilidade chegando junto com a casa. Não tem casa sem infraestrutura e não tem infraestrutura sem casa. Esse é um desafio que precisamos melhorar bastante. Depois Eleonora tem uma novidade para contar aqui, de Salvador. Mas, é esse esforço coletivo de conseguir compatibilizar isso. A gente tem, infelizmente, muitas casas que estão concluídas, ou em conclusão, mas que ainda vai demandar um tempo para poderem ser habitadas. A gente quer reduzir esse problema.

A outra é a interação dos novos conjuntos na cidade, ou seja, estamos falando de moradias urbanas. Morar na cidade requer uma série de condições ou seja: é morar em um lugar que tenha escola e tenha vaga na escola. Tenha unidade de saúde, tenha acesso ao transporte coletivo. Precisamos melhorar a inserção e a forma como esses conjuntos se integrarão na cidade, pois eles vão fazer parte da cidade, não vão ser apêndices da cidade. A gente tem essa preocupação e precisamos buscar juntos como avançar nisso.

E, também, a questão do comércio. Como é que se chega no bairro e o comércio não chega. A gente tem no Minha Casa 2, uma modalidade que ainda não está sendo



aplicada, que é a inclusão, inclusive, de áreas de comércio nos próprios condomínios, mas precisamos avançar nisso, porque não foi viabilizado ainda.

Então, como é que faremos esse monte de casas virar cidade? Temos uma mudança de paradigma. Quem aqui é das antigas, vai lembrar que, muitas vezes se construiu casas, mas não tinha a legalização. Passamos anos morando com documento que lá em São Paulo, chamamos de papel de pão. Aqui não vale nada, não temos escritura, não está registrado, esse condomínio não está formalizado.

Se no momento, resolve o problema de quem precisa morar, ao longo do tempo, gera uma série de outros problemas para a família. O Programa Minha Casa, Minha Vida é uma mudança de paradigma, ou seja, estamos mudando o conceito de moradia popular. Moradia agora é a casa construída, mas ela é, também, a escritura na mão. Fica difícil, ainda, a gente conseguir fazer uma mudança que é tão complexa, e envolve cartórios, envolve todo sistema de aprovação e isso acontece ao mesmo tempo.

Um outro desafio é a questão do trabalho social. No programa “Minha Casa I” nós tivemos uma atuação muito tímida do trabalho social, basicamente só para ocupar as casas e formar o condomínio. E percebemos, isso a experiência nos mostrou, que só isso era pouco e não resolvia uma mudança tão grande, tão profunda na vida das pessoas, porque mudar para uma casa, venha você de onde vier, é uma mudança de vida. Portanto, o trabalho social tem que ser ao longo do processo. Maria já está me dando a dica de que a gente tem que puxar para trás, começar antes. Hoje, está previsto começar 6 meses antes com a indicação das famílias, para ir trabalhando com as famílias até a entrega das casas e, depois também da entrega da casa, mais 6 meses. Maria está me dizendo que é preciso puxar um pouquinho mais para antes ainda para a gente poder formar esse grupo melhor, formar essa comunidade, é um monte de gente que vai formar uma comunidade.

Então, no processo de trabalho social no “Minha Casa II”, há a possibilidade do próprio município receber recursos do programa para executar o trabalho social. São 2% do valor, não é pouco dinheiro, gente. Estamos falando, portanto, de R\$ 1.200,00 por família para poder executar esse trabalho, contratar técnicos, fazer atividades, reunir o povo. Mas,



até agora, nós não tivemos ainda a participação conseguindo viabilizar. Precisamos avançar nisso, pensar em formas alternativas. Será que outros atores não poderiam atuar nesse trabalho social como esses recursos? É outro desafio que trago para a gente discutir.

Outra questão é a terra. A gente sabe que esse é o principal entrave do programa. Eu falo que temos um desafio, mas temos a oportunidade. Começam a vencer os 10 anos da geração dos planos diretores que foram feitos pós-estatuto. Está começando a fazer 10 anos.

Outra coisa é que muitos municípios começaram a fazer o seu plano de habitação, estão fazendo o seu plano de saneamento. Então é a hora, as mulheres aqui sabem como é que se deve fazer, é pegar linha e agulha e costurar uma coisa na outra: o plano diretor, o plano de educação, o plano de saneamento para a gente disponibilizar terra boa, bem urbanizada, bem localizada, para moradias de interesse social. Sem isso não vamos, de fato, cumprir metas e, pior ainda, não vamos produzir moradias de qualidade. Então é um desafio que a gente tem que enfrentar e estamos vendo como o grande gargalo do programa.

Fortalecimento da organização popular. Estamos falando com os diversos movimentos que se organizam aqui. E a gente sabe que se tem um desafio muito grande para que esses lugares que hoje são um monte de casas virem, de fato, uma comunidade. E o que faz um monte de casas virar uma comunidade é a organização popular. É obrigação do poder público, é obrigação do programa apoiar essa organização, fortalecer o que existe e criar onde não existe, (palmas), mas é também uma tarefa coletiva. O governo não organiza o povo não, o governo pode propiciar e dar as condições para isso acontecer, quem mobiliza são os movimentos sociais. Então, é importante o reconhecimento e o fortalecimento desses movimentos.

Agora vou pedir para serem passadas algumas fotos de alguns empreendimentos que eu fui catando por aí, alguns vocês conhecem, outros são mais distantes de Salvador, mas todos são da Bahia. Eu queria que a gente fosse olhando porque vou falar um pouquinho do programa “Minha Casa Entidade”, já que estamos com tantos movimentos sociais aqui, muitos sei que já habilitados no programa para executá-lo. E tivemos algumas mudanças recentemente. Uma delas é o reconhecimento da entidade como o agente que, de



fato, recebe o financiamento e promove o empreendimento. Até hoje os financiamentos eram individuais para as famílias, hoje, há a possibilidade da própria entidade ser a titular do financiamento e reconhecer o seu protagonismo no processo, especialmente nos processos de autogestão. A gente quer ressaltar essa reformulação que, talvez, venha favorecer a atuação dos movimentos sociais.

Uma outra questão também é o apoio para a compra de terrenos e elaboração de projetos. Tudo começa com a terra, tudo começa com a elaboração do projeto e depois vem a construção. Nós conseguimos segregar, separar essas duas etapas e logo vamos ter a primeira compra de terreno na Bahia, e depois que abre a porta a gente vai passando para frente. Então, o primeiro empreendimento vai ser contratado em breve e esperamos que isso facilite, favoreça a organização dos movimentos e a atuação deles no Estado.

Também tivemos em maio uma oficina, em Brasília, com representantes de movimentos de todo o País com várias propostas, estão agilizando e racionalizando os processos de análise e a nossa organização na própria Caixa para analisar, viabilizar e ser mais rápido e eficiente o processo. Desde o começo o projeto Minha Casa 2 teve mais recursos com o trabalho social, no caso de Minha Casa e entidades, aí começa do começo, na escolha do terreno, a formação do grupo já tem recursos para fazer o trabalho social, entendemos que isso qualifica o processo.

E teremos, até o final do ano, as oficinas com os movimentos sociais de cada Estado. Vai ser feita uma oficina por região, a Caixa tem os divisores regionais, uma oficina por região no Estado. Aqui na Bahia são cinco oficinas com os movimentos para melhorarmos o nosso relacionamento, entendimento, aprender a trabalhar junto e conseguir viabilizar mais empreendimentos. Acho que esse é um processo em construção e espero que estejamos daqui a um tempo não só avaliando, mas com certeza avançando ainda mais o projeto Minha Casa Minha Vida.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)



3892-II

Ses. Esp. 13/09/12

Or. Ana Carolina André Rabelo

Avaliação do Programa Minha Casa Minha.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Quero convidar para compor a Mesa o representante da União de Negros da Igualdade, Unegro, Dermeval Cerqueira; convidar o representante da Central de Movimentos Populares, CMP, Fernando Romão; e convidar representando a Caixa Econômica Federal, o Superintendente de Salvador, que é o superintendente responsável pela relação da Caixa com o governo do Estado, com a prefeitura de Salvador e da região metropolitana, Adelson Prata.

Agora, quero passar a palavra para Ana Carolina André Rabelo, diretora-geral de habitação da Sedham, que representa o Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Habitação e Meio Ambiente, de Salvador, Paulo Damasceno. Quero também anunciar a representação do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, estão ali, Lúcia Maia, o presidente do sindicato, agradecer a presença.

Registro também a presença do Dr. Gil, defensor público que acompanha os movimentos nessa luta constante, anunciar a presença de Sérgio Bulcão, liderança também do movimento social e da luta pela moradia, sua história, trajetória, anunciar a presença de Geraldo, Ivonete, também lutadora na área dos movimentos populares de luta pela moradia.

Cito o professor Luís Antônio, aqui presente, um estudioso que tem, também, um trabalho constante com o nosso plano de bairro. Com certeza, vamos viabilizar para que Salvador tenha plano de bairro de fato, pois não adianta tê-lo no papel, mas que seja implantado. Se já o tivéssemos, teríamos, certamente, mais espaço para fazer construção habitacional ocupando os vazios existentes nesta cidade em seus diversos bairros.

Passo a palavra para Ana Carolina André Rabelo pelo tempo de até 10 minutos.

A Sr^a ANA CAROLINA ANDRÉ RABELO:- Bom-dia a todos e a todas. Gostaria de começar agradecendo o convite e me colocando sempre à disposição de todos que precisarem da diretoria de habitação. Antes de começar, gostaria, também, de dizer que



estamos nos mudando da Praça da Sé. Segunda-feira, estaremos indo para o novo endereço no Aquidabã onde tem a Sucop, nº 154. Voltaremos a atender a partir do dia 24 devido à mudança de local de atendimento.

Com a parceira do Minha Casa Minha Vida e ciente da importância deste programa no atendimento às famílias de baixa renda, a prefeitura municipal de Salvador efetivou várias ações visando a fomentar a produção dessas unidades de habitação de interesse social.

A prefeitura desonerou os tributos municipais como a isenção do IPTU e ISS durante o período de construção das unidades habitacionais e do ITIV para a aquisição do imóvel para essas famílias. Isso foi feito pela prefeitura para as empresas tivessem ainda mais interesse de construir em Salvador.

Abrimos inscrição. E, no período de 2012, foram quase 100 mil inscritos para o programa. Isso mostra que, realmente, as pessoas acreditam no Programa Minha Casa Minha Vida. Temos, também, na diretoria, uma central de atendimento onde fazemos os dossiês e a inclusão no CAD único para, depois, encaminhar para a Caixa Econômica.

Montamos um grupo de trabalho sobre essa questão, que você colocou muito bem, sobre fazer o empreendimento, pois se não houver, ao redor, um jeito de as pessoas trabalharem, estudarem, terem postos de saúde, fica difícil a manutenção de famílias no local. Ao percebermos isso, ainda atrasado, nós fizemos este grupo de trabalho com todas as secretarias da prefeitura para, justamente, tentar resolver essa questão.

O problema já estava formado. Tínhamos o empreendimento e tínhamos de resolver. Por isso estamos identificando áreas para a construção de creches, escolas, postos de saúde, problemas de transportes, etc. Estamos tentando resolver. Algumas coisas já conseguimos. Estamos tentando conseguir outras. Mas a prefeitura, também, está trabalhando para melhorar a vida das pessoas que estão indo para esses empreendimentos.

Através da Defesa Civil, nós já atendemos 1.958 famílias. Ou seja, são as famílias que a Defesa Civil encaminha diretamente para a diretoria. São famílias que tiveram as suas



casas, parcial ou totalmente, destruídas e vão ficar muito felizes com o Minha Casa Minha Vida II, pois vão receber a casa sem precisar pagar. Isso é uma novidade e eu nem sabia.

Já atendemos 1.936 famílias de vários movimentos sociais de Salvador. São famílias que estavam em prédios públicos ou não e que, também, se encontravam em situação de moradias com alto nível de desabamento. Graças a Deus, com o evento da Barreto de Araújo, conseguimos tirar essas famílias. Este local, agora, é uma praça.

A prefeitura junto com o Conselho Municipal de Habitação e Conselho Gestor do Fundo Municipal definiram os critérios de seleção de novas famílias. Sobre a realização do CAD único, quero agradecer a Cristiane, da CETAD, que muito nos ajudou na diretoria colocando pessoas exclusivamente para o atendimento para o Minha Casa Minha Vida. Sem isso, demoraria mais tempo para encaminhar essas pessoas para a Caixa.

Por fim, coloco-me à disposição para dar respostas a vocês.

Muito obrigada pelo convite. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



3893-II

Ses. Esp. 13/09/12

Or. Ildemário Proença

Avaliação do Programa Minha Casa Minha.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Agradeço e anuncio as seguintes presenças: Tânia Palma, ouvidoria geral da Defensoria, militante que está lá representando todos do movimento; Miguel Caldas, da assessoria da Superintendência de Habitação; tenente-coronel Josemar Silva da Cruz, representando o comandante-geral da PM, coronel Alfredo Castro; Carlos Vicente da Silva, representando o secretário Municipal de Transportes Urbanos e Infraestrutura.

Quero registrar a presença de vários servidores da Cerb, da Sedes, da SESCOOP, da Conder, da Fetracon, do Senge/Ba, do INSS, do MNLM, MNLU, do MSTB, do CREA, do MSTS, do Sinduscon, da Frente da Luta Popular, da Associação dos Ambulantes, da Conam, da Sedur, da Secut, do Funprev, do Setad, do Patrimônio da União, do Fórum de Mulheres, do Conselho de Mulheres de Lauro de Freitas. E também de Sirlene, do MNLM; de Adnalva, do MSTS; de Manoel, do MSTS; de Railda, da União; de Eliete, do MNLM; de Tota, do MSTS; de Silvana, do Sítio Isabel, do MSTS; de D. Helena, do Galpão da Leste; de Suli, da Conan; de Mota, da Sedham. Quero agradecer a presença de todos.

Vamos ouvir os movimentos sociais. Dr^a Melissa me pediu para falar no final.

Concedo a palavra a Ildemário Proença, coordenador do Movimento Sem Teto de Salvador, MSTS.

O Sr. ILDEMÁRIO PROENÇA:- Como o tempo é curto, não dá para falar o nome de todos, por isso, saúdo a Mesa na pessoa da deputada Maria del Carmen. Ao estender esta saudação a todos, aproveito para agradecer à deputada por acolher este pedido dos Movimentos por Moradia para a realização desta sessão especial para avaliarmos o Minha Casa Minha Vida 1.

Os movimentos por moradia sugeriram esta avaliação, porque é uma forma que temos de verificar os aspectos positivos e os problemas existentes, para que assim o Minha



Casa Minha Vida 2 venha com uma nova realidade. Entendo que este é o principal objetivo desta sessão.

Quero aproveitar esta oportunidade, deputada, para mais uma vez – nunca deixarmos de fazer isso – agradecer ao ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (palmas), por ter tido a sabedoria de, em um momento de crise, implementar a construção de 1 milhão de casas. Porque em outras crises o que víamos era a retração do mercado, sem consumo. Fez o inverso, construiu. Além de possibilitar a moradia aos que precisam, ele também contribuiu para que aumentasse a oferta de trabalho em todo o País. É uma pessoa que surpreende cada vez mais pela sua sabedoria.

Quero aproveitar aqui para agradecer o governador Jaques Wagner, porque um dos momentos mais difíceis desse programa, que eu entendo, principalmente em Salvador, era a falta de área.

Lembro-me que há dois anos os movimentos de moradia tiveram de se mobilizar. Tiveram de ir para as ruas. Não perdemos a oportunidade de ir marchando da Estação Mussurunga até porta da Governadoria para dizer ao governador: “Governador, cinco mil casas em Salvador são insuficientes diante do déficit habitacional de 150 mil moradias e de estarmos com três mil famílias vivendo nos acampamentos, em prédios e terrenos abandonados há oito, dez anos.”

Então, apenas cinco mil casas em Salvador, com uma oferta de 80 mil para o Estado da Bahia, era muito pouco. O governador também teve a sabedoria e a coragem de mandar e aprovar uma lei autorizativa, fazendo a doação das terras da antiga Urbis para a construção de mais casas em Salvador. Isso fez com que em vez de cinco mil casas estejamos construindo um pouco mais do que dez mil. É claro que ainda é pouco diante do déficit, mas é algo que a gente nunca viu neste Estado. O que vimos há 30 anos, há 40, melhor dizendo, a minha mãe teve a oportunidade de em 1976 receber uma casa em Castelo Branco. Depois de Castelo Branco, o grande complexo habitacional construído foi Cajazeiras, se eu não estiver enganado, em 83. Depois disso, não se construía casa, a não ser pontual, uma casinha aqui, outra acolá, etc, etc.



Quero dizer que diante de todo um processo de luta, a gente não pode deixar aqui de marcar que os movimentos de moradia ao longo de 30 anos, também, principalmente os movimentos nacionais, sempre pressionaram para a construção de moradia popular neste País. É claro que essa luta se intensificou nesses últimos dez anos com as ocupações, sim! Algumas pessoas ignoraram as ocupações de imóveis. Agora, tínhamos o cuidado de só ocupar imóveis que não tinham finalidade social, foi assim Tóster, Barreto, Alfred, galpão da Leste, antigo prédio de Finanças da Prefeitura, na Praça da Sé, não dá para citar todos. Aquilo ali serviu para a gente chamar a atenção dos invisíveis, que eram, justamente, aquelas pessoas que não tinham moradia. Serviu também para a gente ganhar o apoio da opinião pública. E serviu também para a gente pressionar, sim, os governos. O movimento de moradia, é claro, antes de mais nada, é autônomo. A gente buscou pressionar tanto o governo anterior como o governo atual, tanto o município quanto o Estado.

Não podemos deixar aqui de registrar o compromisso que a Sedham teve conosco, seria uma injustiça se a gente não citasse isso aqui. Então, a Sedur pelo município, e a Sedham pelo Estado da Bahia, fizeram um excelente trabalho. Sabemos, sim, que um programa dessa natureza requer muito dos servidores, dos governos, que é algo de novo, mas poderia dizer aqui que essas secretarias municipal ou estadual não mediram esforços no sentido de junto conosco buscar as soluções que hoje temos encontrado.

Quero finalizar dizendo assim: nós, dos movimentos de moradia, estamos gratos pela sensibilidade dos governos. Afinal de contas, são dez mil casas, dessas, a grande maioria entregue. Creio que entre o final do ano e o primeiro semestre do próximo ano as dez mil unidades estarão sendo entregues. Já temos quase três mil famílias, que antes viveram nos acampamentos em suas casas, e hoje estão gratas.

A gente não poder deixar também de registrar aqui algumas dificuldades, alguns problemas. Quero resumir esses problemas em algumas situações: primeiro, em alguns desses empreendimentos não há escolas próximas; não há postos de saúde; transporte é uma dificuldade; falta de trabalho e renda para essas pessoas poderem, inclusive, arcar com a



responsabilidade da taxa mínima que se paga da casa e das tarifas públicas, que, diga-se de passagem, têm vindo altíssimas, principalmente Embasa e Coelba.

O governo tem que verificar o que está acontecendo. Se existem as tarifas sociais para esse público ou se não existem. Se existem, o que é que está acontecendo? Temos visitado os empreendimentos e há um acúmulo de recibo de água, de luz, há ameaça de corte, algumas pessoas sem ainda poderem pagar a prestação da casa, que nós, do movimento, incentivamos que sejam pagas, pois é com esse recurso que se construirá casas para novas pessoas que precisam, mas, para isso, é preciso que essas pessoas também tenham oportunidade de trabalho.

Estamos insistindo com os governos que são os cursos de qualificação que antecedem o trabalho. A grande maioria desse nosso pessoal ficou muito tempo fora do mercado de trabalho, o mercado de trabalho é exigente, então temos de oferecer cursos. Temos de aproveitar esse momento que estamos vivendo, Copa do Mundo, Copa das Confederações, investir mais nos cursos na área de hotelaria, na área de serviço e na própria área da construção civil, pois, assim, ofereceremos trabalho para essas pessoas para elas sobreviverem de forma digna e assim podermos dizer que estamos vivendo, sim, agora, dignamente.

Obrigado pela oportunidade. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



3894-II

Ses. Esp. 13/09/12

Or. Marcelo Barbosa

Avaliação do Programa Minha Casa Minha.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Obrigada, Ildemário.

Convido Marcelo Barbosa, representante da Frente da Luta Popular, por 5 minutos.

O Sr. MARCELO BARBOSA:- Bom dia a todos. Inicialmente, quero saudar a Mesa por essa brilhante iniciativa da deputado Maria del Carmen. Parabéns. Saúdo a todos os colegas dos movimentos sociais.

Quero registrar que esteve aqui nossa companheira Rita Cevadeli, uma figura importante na luta do movimento social. (Palmas)

O programa Minha Casa, Minha Vida I, graças ao presidente Lula, como Ildemário falou, que talvez pensando nos problemas que passou na infância, teve a iniciativa desse brilhante programa Minha Casa, Minha Vida. O presidente Lula é meu conterrâneo, pernambucano, e quero registrar esse programa de suma importância para nós, do movimento social, e para os de baixa renda.

Como Ildemário falou, não podemos passar para o programa Minha Casa, Minha Vida II sem resolver a questão do programa Minha Casa, Minha Vida I. No programa I, erramos em algumas coisas, e temos de aprender com esses erros, para não aplicá-los no programa II.

O principal problema do programa I é a questão escolar. Exemplo: tenho três filhos e uma moto velha e, diariamente, tenho de dar três viagens para levar minhas filhas pois o conjunto residencial Jardim Cajazeira não tem uma escola primária.

Isso é uma questão séria que temos de resolver através do Estado. Por intermédio de Eleonora, encaminhamos para a prefeitura pedido de transporte escolar para resolver o problema daquela família. As famílias que não têm transporte estão andando 6km para ir ao Vale dos Lagos e 6km para voltar. Isso é um problema sério que temos de resolver. Já



estamos no final do ano letivo, muitas crianças já perderam o ano letivo porque não tiveram condições de financeiras para ir à escola.

Sobre a questão da segurança, aconteceu um fato; a primeira família beneficiada que foi para o Assis Valente, infelizmente teve de voltar para a ocupação porque teve seu filho assassinado por traficante. Isso é uma questão séria que temos de resolver. A família saiu feliz e aconteceu uma tragédia porque não há acesso à segurança nos empreendimentos.

Recentemente, mandamos um ofício, através do deputado Álvaro Gomes, para o Comando de Pau da Lima, e a resposta que tivemos foi que a polícia não poderia entrar no empreendimento, porque é um condomínio. Eu não entendo! Essa foi a resposta que eu recebi do Comando da Polícia Militar de Pau da Lima, 47ª, que a Polícia não poderia entrar, porque se trata de um condomínio fechado. O Condomínio Jardim Cajazeiras é aberto, a polícia tem acesso e pedimos a ronda lá. Viemos a esta Casa procurar o deputado Álvaro Gomes e, através dele, encaminhamos o ofício, mas não obtivemos resposta. Isso é um absurdo!

Outra coisa importante é a questão da territorialidade. Falei isso na outra reunião, aqui. As pessoas que saíram, por exemplo, da Carlos Gomes para ir para o Bairro Novo tinham o seu comércio. Essas pessoas foram para o Bairro Novo e não estão em condições de pagar as suas contas, porque não projetaram, não fizeram boxes para garantir – como o Ildemário falou muito bem, aqui, – o seu sustento, porque eles viviam do seu comércio lá.

Existe um projeto em andamento, graças ao empenho do nosso amigo Miguel Carlos e da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – Sedur, para a construção de boxes no Jardim Cajazeiras que resolverá essa questão do trabalho.

Era isso o que eu tinha a dizer. Vamos melhorar essa questão. O Minha Casa Minha Vida é um programa maravilhoso, é um programa exemplo em todo o mundo.

Quero, aqui, registrar o empenho da Sedur, através de Eleonora, e também da Prefeitura Municipal de Salvador, da Sedham, que tem feito um trabalho importante, tem atendido muito bem as nossas famílias.

Muito obrigado. Um abraço a todos. (Palmas)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Obrigada, Marcelo.

(Não foi revisto pelo orador.)



3895-II

Ses. Esp. 13/09/12

Or. Francisco Freitas

Avaliação do Programa Minha Casa Minha.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Concedo a palavra a Francisco Freitas, Chico, que representa a Fabs – Federação das Associações de Bairros de Salvador, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. FRANCISCO FREITAS:- Bom-dia a todos e a todas. Quero saudar a Mesa em nome da deputada Maria del Carmen e também agradecer e parabenizá-la por essa atitude corajosa e de responsabilidade. Esse sempre foi o caráter dela, esse é o perfil dessa espanhola brasileira e baiana.

Nós temos vários desafios. Nós da Conam – Confederação Nacional das Associações de Moradores, da Fabs e da Fameb entendemos esses desafios e sabemos da dificuldade que é construir casas e adquirir terras sem a especulação imobiliária. Na realidade, as nossas condições fundiárias são muito difíceis, e, às vezes, fazendo conjuntos habitacionais, promovemos a exploração imobiliária. Os conjuntos são construídos em locais distantes que não têm todos os requisitos necessários, não tem esgoto, água, luz, nem transporte. Tudo isso requer uma exploração imobiliária. Quando você faz um conjunto fora do eixo da cidade, você está promovendo o bem estar da especulação imobiliária. Depois disso vai recair nessas questões de dificuldades que estamos enfrentando agora.

É que não temos o espaço ideal para o cidadão morar dignamente. Lá não tem escola, não tem transporte, não tem segurança e nem saúde. Precisamos rever todas essas questões e fica muito mais caro, porque as pessoas que saem de um centro, onde já tem uma vida ali, tem um comércio, uma atividade nesse lugar e vai para um local onde não tem nenhum recurso, simplesmente só tem a casa. E só ter a casa fica muito difícil para mantê-la e poder viver dignamente.

Sei do esforço que o governo tem feito com sua equipe, com a Caixa, com a equipe de profissionais, com a Sedur, a Sedam e todos os órgãos públicos envolvidos.



Sabemos do trabalho que é para se desenvolver todas essas questões, mas mesmo assim, piora muito mais quando temos muitos parlamentares que aqui questionam toda a situação e não percebem a necessidade de melhorar e fazer projetos para que melhore. Nossos deputados são votados para isso. Se tivéssemos deputados como Maria del Carmem e outros, acho que teríamos um avanço muito grande.

Mas temos uma grande maioria de deputados aqui que são contra todas essas linhas de desenvolvimento social. Precisamos colocar deputados comprometidos com os programas sociais, com o desenvolvimento da humanidade. Estamos num período eleitoral e temos que colocar vereadores comprometidos com as condições sociais dos cidadãos. Não podemos esquecer dessas necessidades.

O governo do Estado teve a responsabilidade de estar comprometido com o Estatuto da Cidade. Graças ao ConCidade que a Sedur conseguiu o maior número de habitação aprovada para Salvador, enquanto os municípios teimam em não fazer os seus conselhos para as cidades. Precisamos que todos os municípios entendam a necessidade de desenvolver dignamente suas cidades.

Muito obrigado. (Palmas)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmem):- Muito obrigada, Chico. Suas palavras são de quem conhece há muitos anos o trabalho e a luta nesta cidade. Ele foi relembrar lá atrás a minha origem e eu vou dizer que sou a espanhola mais brasileira e mais soteropolitana por já ter recebido os títulos de cidadã baiana e soteropolitana. Então, fiz a opção por viver neste País, por criar meus filhos e ter minha vida. Não nego que sou espanhola de nascimento, mas sou baiana e soteropolitana de coração. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



3896-II

Ses. Esp. 13/09/12

Or. Dermeval Cerqueira

Avaliação do Programa Minha Casa Minha.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmem):- Passo a palavra a Dermeval Cerqueira, que representa a União dos Negros pela Igualdade, o nosso companheiro Ticão, como todos nós o conhecemos. Vi o nome Dermeval e fiquei na dúvida quem seria, Ticão é que é o nosso nome.

O Sr. DERMEVAL CERQUEIRA:- Bom-dia a todos, gostaria de saudar a Mesa na pessoa da deputada Maria del Carmem, gostaria de saudar o Plenário e todas as famílias presentes do Movimento de Luta Pela Moradia (palmas). Gostaria de dizer, também, que vocês estão de parabéns, porque estão presentes nesta sessão especial. Esta vitória é fruto da luta de vocês, fruto da nossa luta, qual seja, a conquista deste programa, que iniciamos uma discussão de construção desse Programa Minha Casa Minha Vida e dos projetos habitacionais.

Faço minhas as palavras do Ildelmário. Gostaria de fazer algumas ressalvas, porque quando começamos a discutir este Projeto Minha Casa Minha Vida e seus empreendimentos habitacionais, constavam do projeto os direitos básicos para sobreviver nesses lugares.

Chico e outras pessoas falaram aqui de onde essas famílias saíram. Nós, coordenadores de movimentos, conhecemos essas famílias, conhecemos, de perto, a realidade dessas famílias. Podemos, aqui, assinar em baixo. Tudo bem, as pessoas, hoje, estão num lugar melhor do que onde estavam.

Mas, na Bahia e no Brasil, se tornou uma cultura inaugurar obras inacabadas, porque constava, no projeto, a entrega dos conjuntos habitacionais com escola, creche, posto de saúde, transporte. Mas isso ainda não está acontecendo ou foram inaugurados sem este direito básico para sobreviver nesses lugares. E nós, que estamos lá, sabemos disso.



Esperamos que, no Projeto Minha Casa Minha Vida II, não tenhamos mais esses problemas e que, primeiro, resolvam esses problemas que já estão nos empreendimentos, que é a conclusão definitiva do projeto habitacional, que essas famílias tenham direito à escola, transporte, segurança e saúde principalmente. É o que temos passado nos empreendimentos que as famílias foram conduzidas.

Outra colocação que gostaria de fazer é que existe um problema muito sério que tem acontecido. Ficou estabelecido que as famílias não venderiam seus imóveis. Devido à dificuldade que muitas famílias estão tendo de sobrevivência, há famílias vendendo imóveis. Gostaríamos de saber quais providências serão tomadas, porque disseram que a Caixa tomaria providência junto com a Polícia Federal. E o que estamos vendo hoje é uma preocupação na marginalização dos coordenadores dos movimentos de moradia. E as providências não estão sendo tomadas. E, por algumas dessas providências, nós estamos sendo prejudicados e perseguidos.

Gostaria de registrar aqui que o meu aparelho de celular, hoje, é grampeado pelo Ministério Público. Acredito, também, que os aparelhos de alguns coordenadores têm sido grampeados por causa dessa marginalização que estamos sofrendo.

No entanto, gostaria de fazer uma ressalva a Dr^a Carol, pois, sempre, fomos muito bem atendidos. Quero agradecer ao companheiro Geraldo, a Sedam pelo atendimento que tivemos. Com certeza, foi excelente. Não tenho o que dizer.

Mas gostaria que não mudasse o tratamento, porque, até que se prove o contrário, estamos aqui para responder a qualquer situação que chegar para nós e que tenhamos conhecimento e que tenhamos que responder em nível de responsabilidade. Então gostaria que não mudasse o tratamento com os coordenadores do movimento, porque tive alguns agravos por causa desta situação.

Quero, até, parabenizar a Sedam, porque fez um excelente trabalho. Quanto à Sedur, tenho algumas demandas não resolvidas. Gostaria de agradecer também à Defensoria Pública, pois, muitas vezes, temos ido lá para resolver situações dentro dos programas habitacionais. Tem encaminhado muito bem o Dr. Gil. A Dr^a Melissa foi uma das primeiras



que abraçou esta causa. Gostaria de parabenizá-la, também, por isso. (Muitas palmas)
Agradeço, também, pelo atendimento da Defensoria Pública. (Muitas palmas)

Só para finalizar, eu queria fazer um registro. Eu acho que todos os empreendimentos têm que ter a mesma estrutura. Temos um problema em Pirajá, Geraldo sabe disso, é conhecedor, que é o empreendimento mais incompleto de todos os empreendimentos. Tem morador do Conjunto Pirajá aqui? Tem quadra de esporte lá, gente?

(Várias pessoas falam ao mesmo tempo fora do microfone: Não)

O Sr. DENIVAL CERQUEIRA:-Não tem quadra de esportes e não tem área de lazer. Tem um quiosque que é o menor que têm, o nosso vice-síndico, encontra-se presente à Mesa. A gente precisa pensar melhor para que não tenhamos essas falhas no Minha Casa Minha Vida II.

Gostaria de agradecer o convite e dizer que estou à disposição, também, para responder a qualquer indagação e, mais uma vez, pedir à Sedur à Sedham que possamos chamar, novamente, os coordenadores e termos uma conversa. Já temos uma reunião marcada com o Ministério Público para que possamos esclarecer as situações que ainda não foram esclarecidas. A gente precisa dar um basta nisso, porque nós, coordenadores de movimentos, conhecemos a realidade dessas famílias que hoje estão morando nesses lugares, porque foram famílias que nós coordenamos, conduzimos e reeducamos. Hoje, a gente precisa de uma resposta, mesmo daqueles que ainda estão em listas de espera que se encontram na Sedur, na Sedham.

Muito obrigado. Boa tarde a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



3897-II

Ses. Esp. 13/09/12

Or. Adeildo Ferreira

Avaliação do Programa Minha Casa Minha.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Passo a palavra ao Sr. Adeildo Ferreira que representa o movimento Nacional de Luta Pela Moradia, o MNLM. (Palmas)

Quero agradecer a presença dos companheiros do MNLM.

O Sr. ADEILDO FERREIRA:- Quero pedir licença à Mesa para saudar primeiro o povo, porque todo poder emana do povo e deve ser exercido em seu nome. Acho que essa é a primeira coisa. Mas também está de parabéns o trabalho que a deputada vem fazendo aqui, junto com esses movimentos, uma causa nobre da evolução, até eu diria assim.

Em nome da deputada, saúdo toda Mesa e os quatro movimentos nacionais que atuam na Bahia. Queremos dizer, gente, que há tempos atrás, é fácil lembrar, há 10 anos quem era daqui que tinha uma casa? Hoje podemos dizer que 90% dos que estão aqui dentro hoje já foram contemplados com o Minha Casa, Minha Vida. A gente acha que essa foi uma coisa importante feita por este governo.

O desafio que nós temos é fazer acontecer na Câmara Municipal o que está acontecendo aqui na Assembleia Legislativa com a deputada Maria del Carmem. É importante esse momento. Então, nesse momento, é importante que a gente tenha a sabedoria de colocar pessoas nos representando na Câmara Municipal para que possam dar continuidade a esse trabalho em nível municipal. Dentro do Minha Casa Minha Vida há problemas em nível estadual, que é a questão do transporte, as construções longe do centro, 10/12 quilômetros. Eu também faço parte do conselho e vejo algumas pessoas reclamarem que em algumas cidades da Bahia se escolhe um terreno para construir com 10 quilômetros de distância do centro do município. Acho que a Caixa não deveria liberar dinheiro para se comprar terreno para se fazer o Minha Casa Minha Vida tão distante do Centro da Cidade.

Acho que tem que ser dentro da cidade, não entre as duas cidades. Vamos ter só uma cidade. Isso é uma coisa que temos debatendo dentro dessas reuniões que são feitas em



nível estadual. O que nós temos visto em Salvador é que foram construídos alguns empreendimentos distantes e a questão do transporte precisa ser considerada. Levamos duas horas para chegarmos de Pirajá até aqui. Temos que repensar a questão do transporte e a mobilidade dentro do estado da Bahia como um todo e não somente dentro de Salvador.

Faltaram algumas coisas em alguns empreendimentos, mas, para compensar, o Minha Casa Minha Vida II está aí e quem está pagando R\$ 50,00 pagará R\$25,00. Foi muito importante escutar isso e acho que tem que ser assim mesmo (palmas).

Como quase todas as pessoas que vieram aqui falaram de Pirajá, vamos puxar a sardinha para o empreendimento Pirajá. O que acho que tem que ter em todos os empreendimentos e não só em Pirajá, é um centro comunitário onde a gente possa ter onde se reunir, além do mais as pessoas que eram vendedores ambulantes não têm como sobreviver, então, é preciso construir alguns boxes para que aquelas pessoas possam ter um meio de sobrevivência e que possam pagar a prestação da sua casa própria, e também uma quadra poliesportiva que deixou de ser um objeto do empreendimento Pirajá, também ajuda. Temos visto que o esporte ajuda a tirar os jovens das drogas. Isso não é só em Pirajá, mas no Brasil inteiro.

Para encerrar, quero dizer que o que mais Pirajá precisa é de segurança, não só Pirajá, mas todos os empreendimentos do estado da Bahia, que as pessoas não tenham que contratar segurança para dentro dos empreendimentos. A segurança tem que ser tratada pelo governo do estado da Bahia, junto com a secretaria de Segurança Pública, porque quando contratamos segurança para dentro do nosso empreendimento, estamos tirando o dever do Estado e estamos assumindo um dever que não é o nosso.

Temos que falar sobre isso em outras reuniões, com outras autoridades e sei que aqui estão concordando que o dever é da Secretaria de Segurança Pública junto ao governo do Estado.

Seja noite, seja dia, a luta pela moradia. Seja noite, seja dia, a luta pela moradia.

(Não foi revisto pelo orador.)



3898-II

Ses. Esp. 13/09/12

Or. Fernando Romão

Avaliação do Programa Minha Casa Minha.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Parabéns Adeildo.

Com a palavra Fernando Romão, representante da Central dos Movimentos Populares CMP pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. FERNANDO ROMÃO:- Bom dia a todos e todas, quero parabenizar a deputada Maria del Carmen por esta sessão e pelo dia a dia das caminhadas junto com os movimentos populares daqui do estado da Bahia. Quero também parabenizar todos os participantes dos movimentos, principalmente das quatro entidades que compõem o Conselho do Estado e o Conselho das Cidades.

Queremos agradecer muito pela avaliação desta Sessão Especial, porque criticar o Programa Minha Casa Minha Vida, criticar os movimentos populares é fácil. O problema maior é a participação, a caminhada em parceria pelas condições para tirar as pessoas da difícil condição de vida. A participação de todos, os esforços em fazer a avaliação desse programa foi muito importante.

Em nome da CMP, Central dos Movimentos Populares, quero fazer uma avaliação do que foi feito no Estado e, principalmente, em Salvador, onde os movimentos atuam mais forte. Aqui, acabamos com 17 acampamentos. Não acabamos as pessoas, modificamos a forma de viver delas, demos uma melhor condição de vida para elas. (Palmas)

Então, quando se faz a crítica ao programa e aos movimentos, deveria se saber como vivem e como viviam essas pessoas antes. (Palmas) Às vezes, na intenção de assumir o Parlamento, a Câmara de Vereadores, a Assembleia Legislativa, se vende a alma ao diabo, mas esquecem que por trás de cada voto, estão essas pessoas que passam essas dificuldade. Não são somente aqueles que têm condições ou que bancam as suas campanhas, mas também aqueles humildes que quando gritam ou clamam por necessidade de melhoria de vida, clamam também por muitas necessidades.



Muitos que aqui criticam esse Programa, que criticam alguns governantes... E aí temos de parabenizar o nosso esforço de luta. Saímos para caminhar até Brasília, para tantos outros movimentos, nos posicionamos nas cidades. Em algumas tivemos condições de pará-las para mostrar que é preciso se investir nesse setor. E fizemos isso porque não se aguenta mais, e o resultado vem aí.

Tantas lutas desde 90. Tivemos muitas lutas no Estado e pelo País afora, principalmente com as quatro entidades nacionais. E o Ministério Público, particularmente, que deveria ser o parceiro principal das entidades do povo brasileiro, (palmas) às vezes deixa para fazer as críticas na última hora, e com uma canetada põe uma dificuldade, um impedimento de se continuar um trabalho. Sempre faz questionamentos achando que não está certo. Então não temos a sua parceria. Temos de ter essa parceria, gente!

A Justiça, que deveria ser o segundo Poder, hoje está muito distante daqueles que mais precisam. E o Ministério Público surgiu para dar essa atenção aos mais necessitados. Mas o que se vê é que depois de o processo estar andando, o MP tenta barrá-lo, puxando leis e regras. E aí as pessoas que mais necessitam ficam na maior dificuldade de prosseguir os seus trabalhos e as suas lutas. Infelizmente, parte da Justiça dá esse tratamento. Na verdade, ela não acompanha a necessidade de se criar as regras para que daí elas tenham prosseguimento. E assim não seja interrompida a cada dia, a cada denúncia, a cada interesse particular.

Infelizmente, a gente fica na contramão dessa situação. É muito fácil chegar aqui, fazer um movimento, parar a cidade, e depois ser chamado de vagabundo. É muito fácil também fazer crítica depois que a gente põe essas pessoas em condições melhores de vida. E ainda acham que se está dando condições a quem não precisa. Infelizmente.

Gostaria muito desse tratamento junto com o Estado e o município. Entendo que a Caixa tem de ter a fiscalização e que o Serviço Social da Caixa tem de ter uma participação efetiva nesses acampamentos. Meus colegas já falaram aqui da necessidade que se tem de trabalho, de condição para se pagar esse apartamento, água, luz, de se manter essa vida, mas



também se deve entender que de um lado há as dificuldades e a burocracia para impedir que isso aconteça.

Peço só um segundinho para dizer que desses acampamentos que foram tirados, que saíram, depois que estavam lá ninguém acompanhou. E vou também direto, porque o Conselho Tutelar, às vezes, mesmo sem ter nenhuma condição de trabalho, é criticado, é pressionado. E você chega lá e vê algumas condições que não são favoráveis. Mas eles ficam de mãos atadas, e assim se fica sem poder levar uma criança daquelas. Mas, o poder público deve dar condições para algumas entidades e algumas atividades.

Hoje, não temos a pressão do Conselho Tutelar, depois da retirada de 17 acampamentos, que estão em melhores condições. Os problemas serão outros, como a educação. Temos, ainda, a fábrica da mamona e muita gente para ser retirada.

Conseguimos com o programa acabar com 17 acampamentos, mas precisamos ainda, com urgência, tirar dessa situação algumas famílias da fábrica da mamona, do galpão da Leste, que estão em situação muito difícil. A Prefeitura sabe, o Estado sabe, mas as dificuldades existem. E aí, Evaniza, nossa companheira da Caixa, sabemos que algumas condições devem ser flexibilizadas para que possamos retirar essas pessoas. Muitas pessoas foram inscritas, mas se olharmos nos critérios para ter um controle, percebemos que algumas famílias precisam ter oportunidade e flexibilidade. Não são todas, mas deve haver flexibilidade para algumas situações, porque se ela entrar nos mesmos critérios, nunca terá essa oportunidade, e as necessidades e condições de saúde continuam.

Gostaria, mais uma vez, de agradecer a participação de todos, como também a iniciativa da deputada Maria del Carmen, que tem caminhado. Nunca votei na deputada Maria del Carmen, mas tenho que reconhecer o trabalho que essa deputada tem feito para os movimentos e para todos que necessitam.

Este ano é um ano muito atípico. E quero chamar a atenção de todos para que fiquem atentos aos programas eleitorais, observando quem atua junto com os movimentos e quem fala e, realmente, está junto conosco.

Muito obrigado.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

(Não foi revisto pelo orador.)



3899-II

Ses. Esp. 13/09/12

Or. Marli Carrara

Avaliação do Programa Minha Casa Minha.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Muito obrigada, Romão.

Nós estamos cumprindo com a nossa obrigação como parlamentares. Quando o povo da Bahia toma a decisão de votar em nós, está nos dando uma procuração para representá-lo. E a partir daquele momento nós passamos a ser deputados dos que votaram conosco e dos que não votaram.

Portanto, é a nossa responsabilidade e obrigação de encaminhar os problemas que afligem o nosso povo. Como a nossa vida tem sido dedicada a essa área do desenvolvimento urbano, é nossa obrigação estar aqui fazendo esse papel e tentando contribuir para que possamos enfrentar essa que é uma grande dificuldade do nosso povo.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Queria, já concluindo pelos movimentos, que foram, de fato, os mobilizadores para que esta sessão especial acontecesse, convidar Marli Carrara. Todos nós conhecemos a sua história, o seu trabalho, a sua dedicação e a sua vida voltada para a luta pelo desenvolvimento urbano e pela habitação.

Essa baiana também de adoção, como eu, ainda não recebeu o Título de Cidadã.

A Sr^a MARLI CARRARA:- Tudo mundo que me conhece sabe que essa é uma das poucas invejas que tenho.

O Sr. PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Então, vou sugerir o Título de Cidadã Baiana para Marli Carrara.

Terei muito orgulho, Marli, em oferecer-lhe o Título de Cidadã Baiana, porque será uma homenagem não minha, mas de todos os baianos, especialmente daqueles que trabalham e lutam por esse segmento. Não tenho dúvida de que muitos dos que aqui estão e centenas de outros que estão lá fora, que trabalham no movimento popular ficarão muito felizes se você se tornar uma cidadã baiana.

Com a palavra, Marli Carrara.



A Sr^a MARLI CARRARA:- Muito obrigada.

Quero cumprimentar a todos; agradecer o empenho da deputada e de Ildemário, que se esforçou e fez uma articulação importante para que isso acontecesse. Cumprimentar minha coordenadora da União por Moradia Popular, Railda, que é quem deveria estar aqui, mas Railda mora na Cocisa, quando chegou aqui, não precisa dizer, a sessão já tinha começado. Estou aqui tomando a bênção de quem aprendeu a hierarquia. Minha companheira, meus companheiros de Mesa, quero abraçar minha companheira Evaniza, para quem não sabe, ela é oriunda da União Nacional por Moradia Popular, uma coordenadora que foi, pela sua trajetória, convidada pela atual presidência da Caixa para fazer consultoria. Esse olhar novo representando o olhar novo que este governo tem sobre isso, por isso a fala dela foi tão brilhante.

Quero lembrar porque a gente está aqui há muito tempo. Depois de muito tempo, o Minha Casa Minha Vida é um programa que fez governo, estado e município toparem com a cara um de vocês, de cada um de nós. A política de saúde é meio distante, mesmo que a atendimento seja pessoal, você já chega lá com direito, pode não ter, você vai cobrar, mas chega lá para marcar consulta. Depois que marcou, o médico pode demorar, mas quando ele estiver lá vai ter que atender. De repente, a gente tem uma política que força Geraldo e Carol, da Prefeitura, a enxergarem a Sedur. Leonora, o pessoal da Conder a enxergarem a cara, tem nome, CPF, RG e cara, e história. E cada um de nós reconhecer os movimentos, porque tem gente que não conhecia, reconhecer as lideranças, fazer distinção entre elas, que é muito importante, saber quem quer casa e quem está fazendo luta para impedir a construção da política de habitação. É só o tempo que faz isso acontecer, que é a diferença que tem entre a Defensoria Pública deste Estado, que desde o tempo da Dr^a. Mônica acompanha a implantação da política, por isso que hoje sabe bem distinguir, porque conhece a história. Tem gente que está chegando agora e não sabe a história, aí fica... Porque não conhece.

Então essa política é muito bonita, porque cada um de nós sabe, pode não lembrar o nome, mas quem é do governo sabe identificar: fulano é do movimento tal/ fulano não está



ligado/ fulano é da... Então isso é muito bonito, gente. E é por isso que rebate em coisas tão bonitas. Quero lembrar uma fala do meu companheiro César que diz assim: habitação é a mãe das políticas públicas, porque é nela que tudo pode acontecer de melhor e de pior. Acho muito importante isso.

Queria lembrar uma coisa: habitação é uma política municipal. E acho que neste momento a gente precisa... Quero politizar a minha fala, é uma política municipal. Compete ao governo federal estabelecer as bases gerais da política e fornecer recursos, ter um agente operado, como a Caixa, agora está entrando o Banco do Brasil também para viabilizar. O Estado fornecer terra, disponibilizar assistência técnica. Mas é no Município, na minha opinião, que tem que ter isenção e ou carência de IPTU. Quem está entrando no Minha Casa Minha Vida não pode pagar IPTU. Você recebe o carnê do IPTU antes de receber o carnê da casa. (Palmas.)

Aquilo que Evaniza lembrou: está na hora de sentarmos com o plano diretor novo, pensar na revisão no próximo governo, saber onde estão as terras públicas onde vão ser construídas as casas nos próximos 10 anos. E a gente vai exigir para ali escola, hospital, transporte, creche, tudo junto. Gente, senão a gente vai ficar correndo atrás do rabo. Ninguém vai colocar escola antes da casa chegar, porque é um absurdo. O ideal é que chegasse tudo junto. A gente já viu que o ideal não acontece nunca, nem no sonho, muito menos... Não acontece. E o que é que a gente faz. Acho que para o Minha Casa Minha Vida II, a Caixa... E aqui quero saudar Adelson da CSR, para quem não conhece, está Tácito aqui, o novo gerente nacional de habitação e interesse social da Caixa de Brasília que está aqui (palmas), vou aproveitar e apresentá-lo. Ele é baiano de Nazaré das Farinhas.

A disponibilização de todos os projetos que entrarem na Caixa para serem analisados aos conselhos municipais e estaduais, para que as entidades possam, enquanto eles estão sendo analisados, fiscalizar antecipadamente a construção de escolas, postos de saúde, de transporte, etc, porque, senão, a gente vai ficar brigando. Se a gente começar a dizer para a Caixa que só aprova-se depois que tiver escola, posto de saúde e transporte, não vamos ter casa nunca mais.



Precisamos abrir os ouvidos para fazer as coisas dessa maneira. Trabalho social só pode acontecer um ano antes. Hoje, neste Estado, temos uma lista publicada, dos cadastrados em ordem hierárquica de quem vai ser atendido nos próximos quatro, cinco anos. Os primeiros têm que entrar em trabalho social, já. Acho que a Caixa tem que fazer dois contratos de trabalho social, o que não é nem pré-obra. Todas essas pessoas que vão ser atendidas nos próximos dois ou três anos, têm que entrar num trabalho social, agora, e se disponibilizar recursos, porque a partir da semana passada, tem-se a casa mais cara em Salvador de 57 passou para 64 mil, cada unidade. Aí tem que ter dinheiro para um trabalho social antecipado. Porque não é justo deixar nos ombros dos companheiros militantes, coordenadores, na sua maioria, coordenadoras, em cada um desses projetos que estão sendo entregues, que são de primeira qualidade, do ponto de vista físico, a possibilidade de ter que tratar com problema de saúde, de água, de energia, de segurança, não é justo. Então, acho que é isso.

A outra coisa queria lembrar, já disse, é a questão das unidades. Terra futura para o Minha Casa, Minha Vida 2. Eu vi Rita, da gerência do patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, entrar, não sei se ela ainda está. Nós, do movimento, precisamos, designar, em primeiro lugar, para com o GT Estadual da designação de terras públicas da União que tem nesta cidade. Convocar o Estado da Bahia que nunca colocou à disposição as terras públicas devolutas deste Estado a serviço da construção de moradias. (Palmas.) O município disponibilizar, porque tem um trabalho feito, a Secretaria da Habitação, onde estão todos os municípios, sempre tiveram medo, porque se disponibilizar, os movimentos vão lá ocupar.

Eu queria encerrar com uma coisa. Ninguém vai ocupar, mas se a gente construísse dentro do Conselho da Cidade, com o pacto que hoje existe entre os movimentos sérios deste Estado, a gente consegue saber quando vai ficar, em que momento vai ter acesso a esse terreno.

Eu não me conformo que Calçada Leste 2, que pegou fogo, há dois anos tínhamos um projeto quase pronto para fazer moradia ali. Colocaram gente e disseram que iria alienar.



Vai passar o raio do trem regional aqui, está chegando o trem, pegou fogo, deu tempo da prefeitura construir, saiu de lá e nada de trem até esse momento.

E quero falar aqui uma outra coisa: quem está para entregar, não pode ficar esperando, não estamos falando do que já entregou. Não é possível que a Coelba, pelo menos já está privatizada, mas a Embasa demorar, como é que se coloca, constrói um milhão de moradias em dois anos e você ter que esperar cinco meses para se aprovar um projeto de água e esgoto. Não tem cabimento. Não venham dizer que os técnicos são isentos, que precisam fazer análise. Tem gente nesta cidade, mais de dois mil pessoas esperando a análise de alguém que sente numa cadeira e vá dizer se aquilo lá serve ou não serve.

Então, este governo tem que botar esse povo para trabalhar. Não é possível casa vazia, gente esperando, já cadastrada, esperando um técnico, vamos botar esse povo, a Embasa, a gente lutou para ser pública, mas a gente vai cobrar pra dar resultado. (palmas, muitas palmas)

Para finalizar, quero dizer que tem gente que não gosta de ver esses movimentos sentados todos juntos. Nós somos diferentes. Quem conhece sabe que somos partidos diferentes, pensamos diferente em muitas coisa, mas essa unidade ninguém vai quebrar. Quem quer ficar do outro lado vai ficar do lado de lá. (palmas, muitas palmas). Porque tem muita gente do movimento, e outros, descontentes do lado de lá. Querem fazer? Nós queremos política pública de casa, mas nós queremos casa. E em nome de habitação a gente se junta. Não somos iguais, mas se junta.

Por isso, eu não sei cantar que nem meu companheiro Adeilton, mas todo mundo sabe: vai avançar, vai avançar, vai avançar, unidade popular. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



3900-II

Ses. Esp. 13/09/12

Or. Abdijalili Filho

Avaliação do Programa Minha Casa Minha.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmem):- Muito obrigada, Marli. Parabéns por essa fala, como sempre forte.

Queria passar a palavra para Abdijalili Filho, que é lá de Jequié, representando os companheiros de Jequié, Paulo Afonso, Ilhéus e Guanambi que estão aqui presentes, da comissão executiva do Grupo Operativo, ouvidoria cidadã da Defensoria Pública e fala também em nome dos companheiros, e eles têm que viajar, por isso inclusive estão falando de imediato, pedir desculpas aos demais.

O Sr. ABDIJALILI FILHO:- Primeiro agradecer a todos que nos convidaram.

Sou Abdijalili Pereira Belchot Filho, sou descendente de árabe, mas sou brasileiro nato, baiano legítimo, cidadão.

Então, primeiro sou muito feliz porque trago um abraço de Jequié para a nossa deputada, porque ela esteve em Jequié numa audiência pública, e também trago um abraço a todos vocês que estão aqui presentes, principalmente o povo, todo cidadão que se encontra aqui presente.

Mas quero trazer para vocês, representantes do governo, vocês não imaginam que tamanha gratidão nós, baianos, temos por vocês, porque também vocês não imaginam quanto de impacto tem tido em nós, cidadãos, essa construção do projeto Minha Casa, Minha Vida. Se tivesse eu preparado traria o depoimento de agradecimento das pessoas que têm recebido essas casas. São pessoas que talvez jamais teriam a oportunidade de ter acesso a elas. Entendemos que os problemas são vindouros, eles iriam acontecer, porque muitos municípios, entre os 417, que é uma expansão muito grande na nossa Bahia, que teríamos problemas, a gente entende que a questão da mobilidade urbana, a questão da saúde, que é um grande problema não só da Bahia, mas no Brasil, que teríamos nos nossos municípios nessas pessoas que foram relocadas para esses projetos.



A gente entende os companheiros, sou de uma entidade, a ONG Amigos Associados de Jequié, que tem como principal finalidade, acompanhar e fiscalizar as ações dos poderes públicos. Temos feito grandes intervenções na aplicação dos recursos públicos, mas nesse projeto está de parabéns a Caixa Econômica, porque tem empenhado e feito um trabalho muito grande, porque o tamanho e a dimensão dos recursos que estão sendo aplicados, na história deste país nós nunca tivemos a coragem do nosso presidente Lula e a continuidade da nossa presidente Dilma e a extensão dos nossos governos estaduais e o empenho muito grande dos nossos gestores, as pessoas que estão empenhadas nesses órgãos de gestão desse projeto.

Então eu, como jequieense, representando o nosso município entre os 26 territórios da Bahia, que lá é nosso território médio Rio das Contas, trago aqui com muita alegria, porque tenho visto “*in loco*”, porque acompanho de perto, através do Conselho Municipal de Saúde, do Conselho da Cidade, membro do Grupo Operativo da Defensoria Pública, e aqui tem o nosso representante que é o defensor público, aqui também representado, trago com muita alegria e sou muito grato a vocês, à deputada que está aqui representando essa comissão, que a Bahia jamais passará por um projeto e por um momento diferente como esse, e que esforços possam ser dado para a continuidade para que num futuro bem próximo grandes problemas já não precisemos enfrentar mais e termos uma Bahia mais livre, uma Bahia com uma vida mais justa para nosso povo e todos os cidadãos possam desfrutar de um lar com dignidade e uma vida com qualidade.

Então, esse é o meu agradecimento como jequieense, como representante de um dos 417 municípios da Bahia. Deixo meu abraço a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



3901-II

Ses. Esp. 13/09/12

Or. Melissa Teixeira

Avaliação do Programa Minha Casa Minha.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Obrigada, Abdijalili pelo seu pronunciamento.

Queria, antes de passar a palavra para o próximo orador, registrar que passaram por aqui esta manhã, pelo plenário da Casa, os deputados Álvaro Gomes, Augusto Castro, Carlos Ubaldino, Delegado Deraldo Damasceno, Gildásio Penedo Filho, Luizinho Sobral, Targino Machado e Yulo Oiticica.

Registrar e agradecer a presença de Romildo da Paixão, síndico do Sítio Isabel, de Maria, da MNLM, de Daniela, liderança do Bairro Novo, de Jeane, do Núcleo do MST, de Célia, da Fábrica de Mamona. Registrar a presença de João Pereira, Presidente da FABS, agradecer sua presença, de Gabriela Brito, coordenadora do Minha Casa, Minha Vida, da Sedur.

Marli já o fez, mas queria registrar a presença e agradecer muito a presença desse companheiro amigo, que me ajudou muito no período que estive em Brasília. Ele me recebeu, foi um grande companheiro na Caixa, Tarso Maia, que está aqui, substituindo aquela que vocês, a maioria do movimento de luta pela moradia conhecia, Tânia Melo, que era nossa coordenadora, gerente nacional de habitação de interesse social, mostrando a partir da posse de Jorge Hereda como presidente da Caixa foi criada uma gerência específica para habitação de interesse social, que não existia antes.

E mostrando a importância desse segmento dentro da Caixa, Tânia foi a primeira gerente nacional e agora, com sua aposentadoria, mesmo sendo muito jovem, já decidiu se aposentar, para nossa tristeza, mas para nossa alegria, Tânia é substituída por um companheiro baiano, também, que tem um compromisso semelhante e com certeza, vai ajudar muito Marli. Levante, Tarso, para que as pessoas lhe conheçam. (Palmas). Vai ajudar muito nesse projeto.



Eu sei que ele não é baiano, então a gente vai ter que depois providenciar um Título de Cidadão Baiano para Tarso que é carioca, um baiano carioca, nascido no Rio de Janeiro. Mas, é baiano, com certeza, de coração, de sentimento.

Anunciar também a presença de Norma, do DMT, Movimento de Defesa da Moradia e Trabalho. Agradecer a presença. (Palmas).

Passar a palavra para a Dr^a Melissa Florinda Teixeira, que é a Defensora Pública e Coordenadora da Comissão de Moradia da nossa Defensoria e do Conselho Nacional dos Defensores Públicos. Ela trabalha conosco, junto com o Dr. Gil, anteriormente, pela Dr^a Mônica e agora substituído com o mesmo denodo, trabalho e dedicação pela Dr^a Melissa, que vocês todos que trabalham, e especialmente, coordenadores, conhecem muito de perto a sua ação e seu trabalho.

A Sr^a MELISSA TEIXEIRA:- Boa tarde a todos e todas, eu gostaria de parabenizar a deputada Maria del Carmen, pela iniciativa e parabenizar a todos os movimentos sociais, a todas as pessoas que estão aqui, os presentes.

Queria agradecer de público o companheirismo do meu colega de trabalho, Gil. (palmas). Acho que graças a Deus a gente fez um casamento perfeito no trabalho, porque a gente vê as coisas do mesmo modo e a gente tenta, podem ter certeza, com absoluta convicção de que a gente tenta dar o nosso melhor, embora as dificuldades impeçam, mas fazemos o nosso trabalho com a alma, com o coração, tentamos tratar todos de forma igual e sempre deixamos a Defensoria aberta porque a casa é de vocês. A Defensoria é do povo, é para vocês e por isso somos pagos pelo Estado para trabalhar em prol de vocês. Agradeço muito ao meu colega porque sem ele seria impossível trabalhar no dia a dia.

Acho que enquanto coordenadora nacional da Condição de Moradia das Defensorias Públicas, o Estado da Bahia se destaca muito a começar, primeiro, pelos movimentos sociais. Em contato com os colegas de outros estados percebemos o quanto vocês são avançados, organizados, poderosos mesmo. E tenho orgulho em representar o Estado da Bahia enquanto defensora e falar do que vejo aqui.



Vamos fazer um seminário nacional de defensores públicos que atuam em moradia. Será o primeiro evento nacional para reunir apenas defensores públicos para capacitação e atuação nessa temática em virtude de toda especialização que temos que ter para lidar com a temática e com os questionamentos. E quando eu propus que o tema da pós-moradia fosse colocado como painel todos os estados recusaram. Eu ouvi: *“Ah, mas aqui não tem apartamento ainda, não tem casas, para que é que a gente vai discutir isso? Vocês na Bahia é que têm muitos imóveis, vivem num paraíso. Nos nossos estados ainda não foram entregues com efetividade unidades. Não existe inscrição, não existe nada disso, os movimentos são organizados, mas não têm o poder de articulação como os da Bahia.”* Eu respondi: “Realmente, mas vocês não querem incluir em caráter de prevenção, porque serão chamados representantes dos movimentos sociais da Bahia para falarem sobre o assunto. Então, seria uma maneira de vocês se anteciparem ao problema e construírem, serem defensores públicos, assessores jurídicos, agentes transformadores na construção dessa política de prevenção em relação ao Minha Casa Minha Vida”.

Então essa fala minha foi só para agradecer mesmo o quanto aprendemos e admiramos vocês neste Estado. Também não sou baiana, comecei a conhecer a história de vocês aos poucos, todo o dia eu conheço um pouco, é um aprendizado diário. E o que eu trago aqui de enfrentamento jurídico que eu e Gil temos na Defensoria como questões é a questão da venda e aluguel de imóveis, bem como permutas.

A situação que vivemos hoje é de pessoas consultando a Defensoria a possibilidade de permutarem com outros beneficiários de condomínios diferentes, Por que? Porque têm laços de pertencimento com outras pessoas em outros condomínios, isso além da venda e da troca. A posição da Defensoria é nós não tomaremos nenhuma iniciativa para proteger o indivíduo que adquire ou aluga imóvel do programa porque entendemos que o programa não pode ser, conforme está no contrato, (Palmas) objeto de comércio porque ele foi feito para atender uma demanda antiga de moradia. Então, ele não pode ser objeto de comercialização. E agora com essa novidade do decreto de que haverá redução de 5% e outras isenções, não justificará o fundamento de que vendeu ou alugou por não poder pagar.



Então, isso não vai mais existir porque é uma política pública que veio para incentivar que esses imóveis não sejam vendidos ou trocados. A única saída jurídica que a gente oferta às pessoas que compraram e venderam é a inscrição no programa para as próximas unidades que serão ofertadas e uma ação para reaver o dinheiro que foi pago. Vamos levar essa informação para a Caixa Econômica Federal para que se comece uma política de fiscalização para que as unidades que foram vendidas, trocadas, possam ser colocadas no sistema à disposição de outras pessoas que a atendam os requisitos. Esse é o nosso posicionamento.

Em relação à Coelba e à Embasa, nós temos tido também vários encaminhamentos à Defensoria porque as contas têm vindo altíssimas impossibilitando as pessoas de continuarem a pagar e com o sistema de corte e suspensão de serviço, agora diferenciado, prejudica as pessoas. Temos entrado em contato com o diretor presidente da Coelba e temos conseguido nos casos individuais, quer dizer, pessoas que chegam a uma unidade, ao apartamento 104, 302, por exemplo, estão com esse problema, a gente viabiliza também a defesa.

Em relação ao IPTU também, nós fazemos a assistência jurídica. No que tange à saúde, educação e segurança pública realmente não existem nos empreendimentos que já foram entregues. A solução que temos tentado utilizar para resolver o problema são as mediações, quando sentamos com todos os parceiros aqui para discutir as saídas alternativas até a implantação final de escola, posto de saúde, posto de segurança, de creche, essa negociação de saídas alternativas de acordo com a disponibilização orçamentária e a realidade fática, que todos esses equipamentos públicos possam ser implementados.

Quero levantar aqui duas questões para finalizar a minha fala. Primeiro, a necessidade de espaço nos condomínios para reuniões dos condôminos, dos moradores, onde eles possam ali ter um espaço próprio para discutir o que será realizado no condomínio, enquanto organização. Acho que faltou essa visão dentro do projeto que fez a concepção dos condomínios. Não se pensou onde essas pessoas, esses moradores, esses cidadãos vão se reunir nesse condomínio para poder organizá-lo, para poder conseguir manter um padrão de



qualidade no que se refere à convivência e à organização e ao crescimento do local. Então, acho que faltou isso na concepção, um local adequado, coberto, com um escritório para que o síndico do condomínio possa se reunir e que as pessoas não se dirijam ao apartamento do síndico para procurá-lo, mas que tenham uma sede que todos possam levar suas demandas.

Por fim, a última coisa que quero colocar, é da necessidade realmente de uma alteração da lei Minha Casa Minha Vida e com a questão da porcentagem, da limitação de orçamento da Caixa Econômica Federal para aplicar esses projetos sociais de gestão de condomínio nos empreendimentos, chamar a responsabilidade ao município para apresentar esses projetos à Caixa, e possa ser implementado nesse 1 ano anterior e 1 ano posterior ao município essas ações para poder capacitar todos aqueles que moram, a gerir bem o seu condomínio e manter o padrão de qualidade de vida que se quer e que se almeja, e que será conseguido.

Estamos sempre à disposição de vocês, temos sido parceiros da deputada e dos movimentos nos debates dessas questões e na implementação. É um prazer muito grande saber que a senhora nos considera e sempre nos convida para partilhar das nossas experiências. Ficamos na Rua Pedro Lessa, 123, Canela, eu e Dr. Gil quase todos conhecem, estamos sempre à disposição no que for preciso.

Agradecemos a presença e obrigada pela presença de todos vocês na Defensoria e nos colocamos à disposição. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



3902-II

Ses. Esp. 13/09/12

Or. José Ribeiro Lima

Avaliação do Programa Minha Casa Minha.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Obrigada, Dr^a Melissa, quero convidar o presidente da Sintracom, se ele ainda estiver aqui. Se não estiver, Lúcia, já que os trabalhadores do Programa Minha Casa Minha Vida, quando o presidente Lula lançou o programa era um momento que começávamos a viver um instante difícil do ponto de vista da perspectiva de entrar em recessão com o mundo inteiro em crise, e ele cria o programa para atender, para garantir a habitação mas também para garantir a geração de emprego para os trabalhadores, principalmente para os menos qualificados. E, portanto, a construção civil tem um papel extremamente importante.

Quero passar a palavra ao nosso presidente do sindicato.

O Sr. JOSÉ RIBEIRO LIMA:- Bom-dia, senhoras e senhores. Em nome da deputada Maria del Carmem, gostaria de fazer uma saudação a todos os presentes. Para nós do Sindicato dos Trabalhadores, é uma responsabilidade muito grande saber separar as responsabilidades e as necessidades. Por que isso? Porque sabemos das necessidades de construção de moradias, principalmente moradias populares aqui em nosso estado. Todos sabem do déficit existente hoje.

Nós, representantes dos trabalhadores, conhecedores das necessidades de nosso povo, não podemos, de forma alguma, deixar de ressaltar à Caixa Econômica a responsabilidade que está sendo esquecida no fechamento dos contratos que não garante o pagamento dos trabalhadores na construção.

Temos atravessado situações muito difíceis. Foi do conhecimento de todos o que ocorreu com a R Carvalho. Veio a RCA depois. E há tantas outras empresas que trabalham no Programa Minha Casa Minha Vida. Vejam, não podemos deixar que isso venha escandalizar um programa tão importante como o Minha Casa Minha Vida com essas empresas que não cumprem com seus deveres para com os trabalhadores.



Nós discutimos o tema através de um acordo no compromisso nacional, a fim de que seja assegurado, nos contratos com a Caixa Econômica, a garantia do pagamento de quem trabalha na construção do Minha Casa Minha Vida. Isso não está sendo amarrado. Os trabalhadores vêm amargando esta dificuldade.

Gostaríamos de dizer que os trabalhadores da RCA, da R Carvalho e de tantas outras paralisaram seus canteiros de obras, porque eles não receberam seus direitos essenciais como dias trabalhados, não só as verbas de rescisões como também os meses trabalhados ficaram sem receber.

Estou registrando isso, pois queremos que o Programa Minha Casa Minha Vida seja, cada vez mais, ampliado. Porém, com essa responsabilidade que todos nós que trabalhamos nesse programa hoje não temos a garantia de continuar trabalhando e, pior, de ter os nossos direitos respeitados pelas empresas. E é preciso que a Caixa Econômica Federal, quando fechar os contratos do Programa Minha Casa Minha Vida, coloque uma cláusula que assegure o direito dos trabalhadores da construção.

Esta era a saudação que queríamos fazer.

Ao mesmo tempo, agradeço a iniciativa da deputada, porque é muito importante o Programa Minha Casa Minha Vida para essas pessoas que tanto necessitam. As pessoas trataram aqui de um tema com bastante clareza e muito importante e deve ser colocado em prática: a questão da urbanização. Nós ouvimos das pessoas que se mudaram para a Estrada Velha do Aeroporto e CIA acerca da falta de infraestrutura, segurança e transporte. A falta de tal infraestrutura faz com que as pessoas queiram abandonar os imóveis. Então há de se ter o cuidado de fazer com que a urbanização venha junto com a construção dos imóveis.

Tenho de sair às 14h para um compromisso no sindicato. Estamos aqui, também, com o presidente da federação, Sr. Edson Cruz.

Enfim agradecemos a todos. (Muitas palmas)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmem):- Muito obrigada pela sua contribuição. Queremos agradecer a sua participação, pois é muito importante a sua observação.

(Não foi revisto pelo orador.)



3903-II

Ses. Esp. 13/09/12

Or. Adelson Prata

Avaliação do Programa Minha Casa Minha.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmem):- Estamos quase chegando ao final.

Quero registrar que esteve presente a Comissão Civil de Acessibilidade de Salvador – Cocas – que encaminha, para os presentes e autoridades da Mesa, a denúncia e a reivindicação em relação ao não cumprimento tanto da legislação de acessibilidade – Decreto nº 5.296/2010 – como das orientações dos próprios programas do governo federal “Um Brasil Acessível e Viver Sem Limites”. Passo, aqui, aos componentes do governo do estado. Eles tiveram de sair, pois não tiveram condições de permanecer nesta sessão. Mas passamos a todos os representantes dos diversos órgãos do estado as reivindicações trazidas pela Cocas.

Quero passar a palavra ao Sr. Adelson Prata da Caixa Econômica Federal.

Antes, porém, registro as presenças de Cristina, do MSTP; de Pedrinho, da APAE/MSTS; de Juarez, do Jardim das Margaridas. (Palmas)

Concedo a palavra a Adelson.

O Sr. ADELSON PRATA:- Boa-tarde. Quero cumprimentar todos os presentes e os componentes da Mesa na pessoa da deputada Maria del Carmen. Estamos todos aqui travando esta discussão que entendemos ser muito importante e muito dinâmica, tendo em vista o quanto é complexo e importante esse programa.

Farei um resumo rápido para poder responder ao questionamento do Sindicato dos Trabalhadores. Eu dividiria esse programa em três fases. Na primeira, a meta era a contratação de 1 milhão de unidades, enfrentando o grande desafio de conseguirmos fazer isso naquela situação de crise. Tínhamos de, ao mesmo tempo, gerar emprego e renda e também reduzir o déficit habitacional. Esse foi o grande desafio inicial do programa, e conseguimos atingir todo esse objetivo.



Junto com isso vem a segunda fase, que é a de entrega. Ou seja, não bastava somente contratar, precisávamos dar celeridade à entrega dessas unidades.

A terceira fase é justamente a pós-entrega. E aqui no Estado da Bahia, por termos contratado o maior número de unidades, tanto percentualmente quanto quantitativamente, tivemos um ônus de alguns problemas serem antecipados por causa dessa grande quantidade e da complexidade desse programa.

Esta avaliação que está sendo feita nesta sessão é muito importante para termos a visão completa de tudo. E não havia como se prever tudo pelo que ia se passar, ou seja, os percalços, os problemas e outras situações em relação a esse programa.

Hoje, já estamos na segunda fase do Programa Minha, Casa Minha Vida, e essas fases são cumulativas, isto é, não se para de contratar e de entregar. Continuamos contratando, estamos entregando e, cada vez mais, com problemas de pós-entrega.

Estas discussões são importantíssimas, porque o programa ainda está em fase de construção. Estamos cada vez mais trabalhando para melhorá-lo, buscando construir novas soluções. A exemplo da infraestrutura necessária, sobretudo, nesses terrenos que estão um pouco mais afastados da malha urbana, que necessitam que venham juntos todos os equipamentos necessários, como transporte, educação, creche, moradia, saúde, etc.

Infelizmente, temos no programa uma condição de preço definida. E é muito difícil conseguir terrenos aqui no centro da cidade, em locais mais inseridos no centro urbano, onde já tenha esses equipamentos, porque o preço é muito caro. E só se consegue viabilizar esses empreendimentos na franja da malha urbana, onde se tem condição de adquirir terrenos dentro do preço do programa.

Com isso, existe a necessidade também de os municípios estarem juntos com esses outros equipamentos, para que consigamos dar uma melhor condição à população que residirá nesses bairros. Sobretudo nos empreendimentos maiores, aqueles que realmente necessitam de uma infraestrutura muito maior.



Em relação ao questionamento feito pelo Sindicato dos Trabalhadores, também é uma consequência do que aconteceu, principalmente, aqui na Bahia. Houve aqui uma grande quantidade de unidades contratadas quase que simultaneamente.

Vamos dar um exemplo rápido para vocês. No programa anterior ao Minha Casa, Minha Vida, o PAR, contratamos aqui na Bahia, em 8 anos, cerca de 20 mil unidades, que beneficiavam a população atingida atualmente. E agora, em menos de 2 anos, conseguimos contratar neste Estado mais de 100 mil unidades, através do Minha Casa, Minha Vida.

Então, isso mostra o quão significativo foi esse momento. E isso repercutiu em todos os segmentos, sobretudo na questão de mão de obra e de mercado. Muitas empresas não estavam preparadas para esse grande número de construções. Em algumas construções, realmente, houve problemas.

Agora, é muito difícil para a Caixa, também, acompanhar todas essas situações, sobretudo sabemos que nessas obras existem a contratação direta, subempreiteiro. Ou seja, é complexo demais a Caixa acompanhar todos esses pagamentos. Infelizmente, são situações que ocorreram, vamos ter que administrar e, cada vez mais, se preocupar em dar uma melhoria em relação à segurança, ou fiscalização maior da Caixa em relação à contratação, para que não ocorram problemas como esses, sobretudo das empresas que foram citadas anteriormente pelo companheiro.

Era isso que a gente tinha para falar. Agradeço, mais um vez, o convite. A Caixa está sempre à disposição de vocês para esclarecer tudo que for necessário em relação ao programa. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)



3904-II

Ses. Esp. 13/09/12

Or. Eleonora Máscia

Avaliação do Programa Minha Casa Minha.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Já estamos quase chegando ao final, sei que muitos aqui gostariam de falar, mas temos um horário. Hoje à tarde haverá outra sessão especial aqui, com horário marcado. Não é uma audiência pública. Quando se faz uma audiência pública, todo mundo fala sem nenhum problema. Mas hoje é uma sessão especial. Inclusive, foi articulado com os movimentos para que a gente fizesse essa avaliação, trabalhasse nessa direção. Então, dificilmente a gente vai ter condições de abrir para que todos possam se colocar.

Solicito que se distribuam papel e caneta para quem tiver alguma observação, alguma colocação, faça à mesa, deixando contato, telefone, *e-mail*, o que seja. E que a cada um possam responder essas dúvidas, esses problemas ou essas perguntas, o governo do Estado, a Prefeitura ou os demais órgãos. Colocamo-nos à disposição para discutir e debater aqui ou até mesmo nos empreendimentos, se for necessário. Deixe-me só terminar com as pessoas que estão na mesa, para que a gente possa concluir.

Quero passar a palavra para Eleonora Máscia, que é superintendente de Habitação do Estado. Posteriormente, Bira encerrará aqui, representando o governo do Estado.

A Sr^a ELEONORA MÁSCIA:- Boa-tarde a todos e a todas! Vou procurar ser breve pelo adiantado da hora, mas vou pedir um pouquinho da atenção de vocês para a gente poder acompanhar um pouco essa avaliação da Minha Casa Minha Vida, que é a proposta de hoje.

Gostaria de cumprimentar a deputada Maria del Carmen, e na sua pessoa e nos movimentos cumprimentar a todos que estão hoje aqui presentes, que estão até agora acompanhando este importante momento, que é a sessão especial de avaliação de Minha Casa Minha Vida, que periodicamente precisa ser realizada. Este deve ser o quarto ou quinto evento que participo convidada pela Comissão de Desenvolvimento Urbano, que aborda



essa questão. A gente está à disposição sempre para poder fazer essa avaliação conjunta, se encontrando, reavaliando, trazendo novas informações e conseguindo pensar juntos com o aperfeiçoamento e os avanços em relação ao programa. A gente trouxe o material, vou deixar à disposição da Assembleia para incorporar ao relatório.

Quero começar dizendo, pessoal, que a Bahia é diferente. É a primeira coisa que temos de entender. A Bahia, Evaniza, não é igual aos outros Estados do Brasil. Se a gente contratou mais de 100 mil unidades, sendo 75 mil unidades para a faixa até três salários mínimos até 31 de dezembro de 2010 e ganhamos a visita do presidente Lula aqui na Bahia, não foi à toa que Lula encerrou os seus oito anos de mandato na Bahia, dentro de um conjunto do Minha Casa Minha Vida, junto com o movimento popular, Ildemário.

A Bahia é diferente e o presidente Lula teve a sensibilidade de entender por que comemorar os seus oito anos vitoriosos na Presidência da República, quatro anos de governo Wagner naquele momento e dois anos do Minha Casa Minha Vida. Por que vir aqui para a Bahia? Porque é o Estado do Brasil que tem a maior demanda até três salários mínimos. E não é um pouco maior do que o segundo Estado, é muito maior do que o segundo Estado. São Paulo tem muita demanda de habitação, Evaniza, mas a maior parte até três salários mínimos. Nós somos o Estado com maior número de pessoas pobres, miseráveis, no Brasil, porque temos uma dimensão territorial, 417 municípios, 14 milhões de baianos, e precisamos enfrentar isso com o tamanho e a dimensão que as dificuldades têm na Bahia.

Fiquei bastante emocionada com a fala do companheiro da Defensoria de Jequié, porque essa é a cara da Bahia. É Salvador a terceira capital do Brasil, mas é a região metropolitana que não para de crescer, são as cidades médias que estão sendo impulsionadas pelo desenvolvimento econômico e que também precisam de habitação, a exemplo de Jequié. Estive algumas vezes em Jequié, nos últimos anos, e é impressionante o crescimento de Vitória da Conquista, Jequié, Itapetinga, Juazeiro, Feira de Santana, Alagoinhas, Barreiras e outras cidades que estão emergindo, como é o caso de Luís Eduardo Magalhães, no Oeste, que agora entra com força no programa. São as políticas sociais e o desenvolvimento econômico chegando junto com o crescimento. Isso é bastante importante.



Alguns desafios são colocados e o primeiro é o da terra. Estamos lutando pela regulamentação. Um dos artigos da política estadual de habitação fala que terra pública também tem de ir para a habitação de interesse social. Aí, contamos com a força dos movimentos e de outras instituições, como a própria Defensoria que tem batalhado por isso, para que possamos garantir a função social da propriedade, inclusive da propriedade pública.

Já tivemos um avanço com a lei aprovada no final de 2009, que destinou áreas importantes do Estado da Bahia para habitação de interesse social, e fez mais do que dobrar o número de unidades na cidade do Salvador. Eram 5 mil naquele momento, e hoje já são quase 12 mil unidades entre Minha Casa, Minha Vida I e II.

Temos uma participação no programa que é fundamental. O programa é federal, contou com uma parceria dos estados e municípios; o Estado da Bahia foi parceiro, os municípios entraram com força, Carol, e acho importante registrar a parceria com a prefeitura de Salvador, Carol, Geraldo, nossos companheiros todos sabem quem são e a força que deram para que esse programa tivesse o sucesso que teve. (palmas)

Evaniza traz uma questão importante que é a questão da legalização, e não é a legalização do empreendimento, do alvará, do habite-se, das ligações de água e energia. É a legalização da própria definição e hierarquização da demanda. Nunca tivemos um programa com tal transparência e controle social. Precisamos avançar? Claro que precisamos. Precisamos que os conselhos recebam as informações antes dos empreendimentos serem contratados, sem dúvida. Não é para aprovar ou desaprovar, é para poder contribuir, trazer articulação.

Miguel sabe o quanto temos trabalhado pelo Vida Melhor para que ele entre nos conjuntos. O ideal é que entrasse antes do conjunto ficar pronto, mas, nesse momento, batalhamos para conseguir. Tem o Bromélias, Jardim Cajazeiras, tem Assis Valente, outros conjuntos aqui de Salvador a presença de políticas públicas de inclusão produtiva, pois é isso que garantirá que as pessoas possam lá permanecer.

Caso queiram passar o material preparado pelo pessoal do SH na tela, tem uma que mostra a quantidade de equipamentos públicos no entorno dos empreendimentos. Temos



o Rainha da Paz, único empreendimento Minha Casa, Minha Vida na área central, aqui em Cidade Nova, muitos equipamentos, a área densamente ocupada, e mostra outras aglomerações. No Cia-Aeroporto não é só o Bromélias, temos também os empreendimentos de Lauro de Freitas, tem o Quintas da Glória, tem outros empreendimentos que estão nessa divisa entre Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filhos. Aí temos menos equipamentos.

O Minha Casa, Minha Vida na área central tem 116 unidades, e lá o aglomerado que temos é um complexo urbano que está em fase de formação. Aquela centralidade da Rótula do Aeroporto, hoje, é uma centralidade de informação da cidade de Salvador, e tem mais de 8 mil famílias.

Temos uma diferença de escala que define. Nesse momento, não conseguimos ter todos os equipamentos, todas as condições de infraestrutura lá. Precisamos articular fortemente os órgãos federais, estaduais e municipais para que tenhamos todas as estruturas, todas as condições. Mas, de fato, é uma área em consolidação urbana.

A área central já está consolidada, mas não abriga a quantidade de unidades que o programa nos desafia a fazer. O programa nos desafia a fazer um milhão de unidades em dois anos. Isso é inédito no mundo. Não é inédito no Brasil, é no mundo. Minha Casa, Minha Vida é referência mundial no sentido do enfrentamento, num período de crise, num curto espaço de tempo, numa grande construção. A força dos trabalhadores, como bem colocado pelo Sintracom, a vitalidade que temos de ter do setor produtivo, que não é só empresa construtora, é toda a cadeia da construção civil que teve de se adaptar para esse programa.

Agora temos no Minha Casa, Minha Vida II acessibilidade universal, quer dizer, teremos 100% das unidades. Interessantíssimo esse material sobre a questão da acessibilidade. Antes só havia alguns apartamentos adaptados, e em alguns conjuntos não havia nenhum, agora, temos 100% de acessibilidade. A indústria está tendo que fazer portas acessíveis e material de acabamento adaptado para esse tipo de demanda. As dimensões mudaram, temos uma unidade maior, com mais ventilação, com mais iluminação. Então, quer dizer, estamos avançando nesse sentido.



Acredito que os movimentos têm o papel central nesse processo, porque não é só a questão de colocar e fazer a mobilização de toda a demanda de interesse social, mas é também a capacidade de fortalecer as instâncias de controle social, a exemplo dos conselhos. Nós temos no município o Conselho Municipal de Habitação, teremos em breve o Conselho das Cidades, temos o Conselho Estadual das Cidades e no interior da Bahia existem conselhos funcionando em algumas cidades, sim. As pessoas estão atentas à questão da moradia, atentas as questões urbanas. Estamos em época de eleição, e é a época justamente em que se fala mais sobre os desafios da cidade, do que é viver na cidade.

Quero falar rapidamente sobre a questão da Embasa e da Coelba. De fato é um desafio que a gente tem trabalhado, a gente está, inclusive, fazendo um estudo sobre as contas de água e mandando isso à Superintendência de Saneamento da Sedur, que nos tem auxiliado, para verificar o que está acontecendo. Temos medidores individuais em 100% das unidades entregues, então, não pode ser feito pela média, não pode ter conta igual à do vizinho. (Palmas)

Temos conseguido a sensibilidade da presidência da Embasa. Ontem, a deputada Maria del Carmen conseguiu ajudar-nos numa articulação para que a gente garanta, com mais celeridade, a entrega de algumas unidades de Salvador. Esse é o caso de Bairro Novo. Carol está aí, e agente deve acelerar primeiro a entrega de Bromélias IV e, na sequência, de Bromélias V. A gente espera que isso aconteça com a maior celeridade possível. A Embasa tem-nos auxiliado e está transpondo algumas dificuldades, no sentido de garantir essas entregas.

Nós temos a questão da inscrição. Isso é fundamental e eu queria deixar essa colocação. A gente tinha colocado até 26 de outubro, e o Conselho aprovou. Nós estamos colocando para o Conselho, no próximo pleno, o pedido de ampliação do prazo de inscrição do Minha Casa Minha Vida para o dia 31 de dezembro de 2012. (Palmas)

Nesse sentido, a gente quer trabalhar não só com o município de Salvador e Região Metropolitana, mas também com o interior do Estado. O município de Salvador tem um déficit muito alto, concentra grande parte das demandas, mas, se a gente fizer um



levantamento no Estado inteiro, os outros 416 municípios concentram mais de 80% da demanda por habitação no Estado. De fato, a gente tem essa preocupação. O cadastro que foi feito em 2009 foi importantíssimo, foi histórico, mas ainda estava muito concentrado em Salvador.

Nós temos o desafio de mobilizar o interior do Estado, de divulgar que a inscrição é feita pela internet de forma espontânea. As pessoas podem acessar o site www.casadagente.ba.gov.br e se inscrever gratuitamente. Para nós site é um instrumento importante de planejamento e de transparência da seleção, do cadastro, da hierarquização e da seleção das famílias que devem ser contempladas.

A gente avança em relação a essa questão. Os grupos de trabalho – Carol já colocou, aqui, – da Prefeitura têm funcionado. O do Estado a gente tem trabalhado junto com a Casa Civil. Gabriela e Aline são da coordenação do Minha Casa Minha Vida do SH. Eu vi a Isamara da Superintendência que atua, junto com o João Pereira, na questão da regularização fundiária.

Temos conseguido, com o apoio das secretarias de Saúde; de Educação; de Trabalho, Emprego e Renda; e de Desenvolvimento Social – com o Programa Vida Melhor –, alertar em relação a oportunidade que se coloca, que é dotar de políticas públicas, e aí estão incluídos o PSF, as escolas do ensino fundamental e os trabalhos de inclusão produtiva, os conjuntos Minha Casa Minha Vida e entorno. Espero que a gente consiga garantir que, além do direito à moradia, também seja garantido a essas famílias o direito à boa escola, à boa saúde, ao bom transporte e ao bom trabalho.

É dessa forma que a Bahia vai avançar nos seus números, vai avançar na democracia, vai avançar no sentido da inclusão social, porque o que a gente quer não é que a Bahia seja recordista da demanda do zero a três por motivos históricos, isso está colocado, infelizmente o Estado está nesta situação hoje, avançando e revertendo, mas o Estado, sem dúvida nenhuma, vai dar exemplo para todo o Brasil de inclusão social com democracia e participação.

Muito obrigada.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

(Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



3905-II

Ses. Esp. 13/09/12

Or. Ildemário Proença

Avaliação do Programa Minha Casa Minha.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmem):- Passo a palavra para Ildemário, que quer anunciar algo.

O Sr. ILDEMÁRIO PROENÇA:- Antes de anunciar uma decisão que foi da Coordenação do Movimento Sem Teto, quero aproveitar para dizer que Fernando tem razão quando diz que conseguimos resolver o problema de 17 acampamentos só em Salvador, restam ainda alguns, agora, prioridade no nosso entendimento ainda é o galpão da Leste 3, onde as pessoas estão vivendo há 8 anos e a fábrica de mamona Embasa, onde houve uma série de problemas do conhecimento do Estado, município e Ministério Público. Mas quanto mais se demora resolver o problema daquelas famílias, mas eles estão se avolumando.

Então, a gente precisa sentar, era isso que eu ia falar com Dr^a Melissa, marcar uma reunião na Defensoria Pública para que, a partir daí, a gente chame o Ministério Público, Sedur e Sedam para buscarmos uma solução o mais breve possível, sob pena de não conseguirmos resolver o problema na totalidade.

A Conder entrou em contato conosco para que sugeríssemos o nome do empreendimento lá de Chácara Perseverança. São 60 unidades habitacionais com a parceria município, estado que logo no primeiro momento era para resolver o problema das famílias do clube Português, mas como demorou muito o processo, seria para as famílias da Barreto, como demorou muito a gente já passou para outro.

Todos esses problemas já foram resolvidos, mas ainda sim ainda estamos buscando resolver resíduos do clube Português, majoritariamente quem vai para lá são pessoas deste clube e da antiga Mesbla. Isso fica pronto no mês de outubro, eu fiz uma visita na semana passada e está em fase de acabamento e então nos perguntaram qual o nome que daríamos àquele empreendimento. Nós fizemos uma reunião de coordenação e respondemos



para a Conder e Sedur que devemos batizá-lo de Conjunto Habitacional Luís Inácio Lula da Silva.

(Palmas)

Estamos comunicando a vocês para que no dia da inauguração a gente faça uma grande festa, inclusive com a presença do nosso ex-presidente, que vai estar aqui amanhã. Vamos encaminhar a correspondência para ele fazendo o convite para que na inauguração ele esteja presente.

Valeu, gente!

(Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



3906-II

Ses. Esp. 13/09/12

Or. José Ubiratan Cardoso

Avaliação do Programa Minha Casa Minha.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmem):- Vou ler uma proposta de representação de trabalhadores da construção, o termo de compromisso assinado em 01 de março de 2012, pela presidenta Dilma. Os trabalhadores e empresários da construção civil seja considerado como condição para liberação dos recursos públicos, especialmente nas obras do PAC, Minha Casa Minha Vida, Copa do Mundo e das Olimpíadas. Assinam a diretora de mulheres, Maria Mary, minha querida amiga; Edinalia Bispo dos Santos, vice-presidente da Fetran e Lúcia Maia, presidente da Flemacom. Vamos encaminhar para Caixa Econômica Federal.

Com a palavra o Sr. Ubiratan, encerrando o pronunciamento, que fala em nome do governo do Estado.

O Sr. JOSÉ UBIRATAN CARDOSO:- Boa-tarde a todos. Serei breve. Gostaria de saudar a deputada Maria del Carmem, coordenadora da sub-comissão, que tem tido um papel fundamental buscando esquentar a relação da comunidade com a Assembleia, trazendo à baila as empresas e o governo para a discussão dos problemas. É a segunda vez que estou aqui apresentando algumas questões, participando de discussões. Então, deputada, você está de parabéns por essas iniciativas, porque, muitas vezes, ficamos um pouco afastados da Assembleia Legislativa. Esta é a Casa da cidadania. E é importante participar e interagir.

Quero saudar todos os presentes, os companheiros da Mesa, os líderes de movimentos como Ildemário, Marli, Chico, Marcelo, Adeildo, Demerval, Fernando, Sérgio, a Defensoria Pública, a Caixa Econômica Federal, Evaniza, Adelson, o companheiro Cássio, que tive o prazer de conhecer outro dia.

Acho muito importante esta reunião. Primeiro, porque é um momento de reflexão e de transição. Estava aqui anotando uma série de pontos que estão sendo discutidos com o



Ministério e a Caixa Econômica. Esta reunião veio fazer um batimento desses pontos críticos da transição do Minha Casa Minha Vida I e Minha Casa Minha Vida II.

É preciso que tenhamos a sensibilidade – termo colocado pelos líderes do movimento – para, não diria, desqualificar, porque é uma palavra muito densa, uma vez que, muitas vezes, temos ouvido, em alguns municípios, críticas ao Minha Casa Minha Vida. Claro, não foi isso que aconteceu aqui. Aqui foram sugestões e encaminhamentos.

Então, nós, como lideranças e conscientes, precisamos ter muito cuidado para que isso não seja utilizado de forma equivocada e com colocações pejorativas. Este é o momento, agora, de adequação. Não existe perfeição. Esta é uma tese que defendo. Logo, como Marli colocou, não adianta sonharmos que chegaremos lá com habitação, infraestrutura, escola, etc., quando, no mesmo período, estarão sendo entregues todas as suas integrações inaugurado na mesma data. Isso é sonho. Não podemos viver de sonho. Temos de sonhar com o pé na realidade.

É importante que tenhamos esta noção. É o que aconteceu no Minha Casa Minha Vida. Avançamos muito. Eleonora colocou, de forma muito enfática, o avanço. Os números são, realmente, fantásticos em relação às contratações, aos empreendimentos e às entregas.

Precisamos, agora, dar um segundo passo, qual seja, o de aprimorar o processo com as adequações aqui sugeridas e encaminhadas. Eu anotei todas. Eu e Leonora, como representantes, levaremos isso para o governo no sentido de que essas adequações sejam feitas.

Há outro aspecto que queria destacar: a importância do trabalho social. Nós, da Conder, temos atuado e identificado a necessidade de um trabalho social de forma antecipada, como a deputada colocou aqui. Precisamos começar muito antes e terminar depois, porque é o pós-ocupacional. Identificamos problemas em alguns empreendimentos e precisamos atuar com um trabalho social por um período maior depois do empreendimento. Queria destacar isso como relevante.

Há outra coisa, também, que deve ser mencionada e colocada. Como este programa conseguiu trazer à baila ou colocar todos à mesa como os movimentos, o



município, o estado e a União? Isso é uma coisa difícil, pois não verificamos isso na história dos empreendimentos no Brasil. E o Programa Minha Casa Minha Vida tem esta grande virtude de congregar todas essas forças e todos esses entes envolvidos. São, basicamente, esses pontos que gostaria de destacar.

Quero parabenizar, mais uma vez, a deputada pela iniciativa e dizer que estamos à disposição e comprometidos na correção do rumo do Minha Casa Minha Vida e desses ajustes.

Repetindo, quero agradecer a todos. Muito obrigado. (Muitas palmas)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Obrigada, Ubiratan.

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-02

Ses. Esp. 13/09/12

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Caminhamos para a conclusão.

Sei que há vários companheiras e companheiros que gostariam de falar. Mas nós temos o compromisso com o horário de entregar este plenário para uma nova sessão especial que acontecerá logo mais à tarde. Portanto não podemos abrir mais espaço para o debate prosseguir.

Vocês sabem, ou seja, todas as vezes em que nós temos audiência, abrimos a fala para todos. Não há qualquer problema. E continuaremos fazendo isso todas as vezes que nós temos audiência, abrimos para todos, não há nenhum problema e continuaremos fazendo isso todas as vezes que a gente tiver audiência pública, por isso foi no plenário. Audiência pública não pode ser no plenário, sessão especial que é realizada no plenário. Nas sessões especiais não se abre para o debate, os palestrantes já escolhidos e definidos falam, debatido inclusive com os movimentos de luta pela moradia.

Nos nos colocamos, de fato, à disposição, de novo, de todos vocês. Agora, queria dizer duas coisas antes de nossa reunião acabar. Eu acho que foi extremamente importante essa vinda aqui, essa observação, essa avaliação que foi feita. Sei que há problemas, que alguns dos empreendimentos que ainda tem dificuldades, mas aqui foi dito, por todos dos que me antecederam, que tenho muito orgulho de ter participado durante os dois primeiros anos do Minha Casa Minha Vida, do Minha Casa Minha Vida 1, em Brasília, a quase dois anos, quando estava iniciando. Os resultados forma obtidos, primeiro, porque houve a sensibilidade do presidente Lula de compreender a necessidade de que aquele era o momento de garantir que a população mais empobrecida deste País pudesse ter a oportunidade de ter habitação. Garantir habitação para quem mais precisa, como foi dito por Eleonora, pela primeira vez nesta dimensão foi, de fato, um compromisso diferenciado. Também, o compromisso de envolver os três entes federativos que era o município, o Estado e a União, para que eles, de forma articulada com os movimentos sociais, com os



movimentos de luta pela moradia e com o empresariado nacional, pudessem estar trabalhando na direção da construção e na viabilização desse projeto.

Esse projeto tem, é óbvio, por conta da urgência e da rapidez que ele foi feito, algumas áreas onde é preciso ajustar, ampliar essa participação. Como aqui foi dito, ou nós ampliamos o trabalho social, ou nós teremos muitas dificuldades para continuar trabalhando. Mas a necessidade de fazer com que esse programa caminhe e se amplie ainda mais, garantindo ainda muito mais unidades habitacionais. Isso é algo extremamente importante que nós não podemos perder a dimensão. Por isso, é importante que esses movimentos que aqui estão e que foram os guardiões dessa luta, desse debate, dessa discussão que, em nível nacional, levaram para o Conselho da Cidade, compromisso do governo federal, e é isso que a gente deseja, não é Evanice e Marli, de que a habitação não seja programa de apenas um governo ou de alguns governos comprometidos com isso, mas que seja um projeto de Estado e que a gente consiga aprovar, inclusive, um percentual para a habitação de interesse social no orçamento nacional. O grande sonho de todos nós é que a gente tenha um percentual no orçamento garantido para habitação, em nível de União, do Estado e dos Municípios, porque aí sim poderemos ter um programa de habitação definitivo e de longo prazo.

Esse foi o primeiro passo, a decisão política do governo federal, dos governos estaduais e das prefeituras que se mobilizaram para que se iniciasse esse processo. Mas precisamos avançar mais ainda com uma política pública de longo prazo, que é o que a gente deseja, ao invés de ser uma política de governo, seja uma política de Estado.

Temos visto é que os projetos foram avançando, nos primeiros projetos não haviam equipamentos como quadra de esporte, campo de futebol, no avanço da aprovação desses projetos foi exigido que fossem colocados mais campos, mais quadra. Eu fui uma das que quando estava lá defendia a implantação dos centros comunitários. Acho que essa tem que ser uma luta de todos nós no sentido de que se aprove também a implantação dos centros comunitários já incluídos no projeto. A dúvida era quem bancava a gestão desses centros comunitários, mas se nós vamos criar um condomínio ou se vamos ajudar a criar essa associação e esse condomínio e quando eles estiverem funcionando eles serão responsáveis



pela gestão desse centro comunitário, porque permitirá com muito mais facilidade que os trabalhos sociais possam de fato acontecer.

É importante que tenhamos essa articulação com os municípios, que tenhamos lá representantes comprometidos com a importância da habitação. E que na Câmara de Vereadores os representantes também sejam comprometidos com esse projeto.

Estamos em um ano eleitoral. É importante observar quem tem como prioridade a habitação. Devemos garantir que todos os prefeituráveis, de todos os partidos, incluam a questão da habitação nos seus programas de governo. Precisamos exigir que esse tema esteja presente na linha de atuação dos próximos governantes, tanto no Executivo municipal quanto no estadual.

Quero agradecer a presença de todos vocês dos movimentos sociais, dos oito movimentos que estão aqui na Mesa conosco, que construíram este debate. Agradeço a presença da Secretaria de Desenvolvimento Urbano; da Defensoria Pública, que tem sido parceira; da Sedur, com Eleonora, nossa superintendente de Habitação, que tem uma história, uma trajetória nessa área. Agradeço também a Evaniza pela presença e ao nosso presidente Jorge Hereda pela dedicação e dimensão que trouxe para a Caixa, quando se tornou presidente desse importante instrumento de política pública.

A Caixa é o braço operacional das políticas públicas do governo federal, responsável para que essa ação se concretize. Se não tivéssemos a Caixa Econômica... E devemos lembrar que essa instituição, no passado, quase foi privatizada. Se não fossem os movimentos populares, os movimentos de luta pela moradia, a Caixa não mais existiria, teria sido privatizada, assim como outras empresas. Mas os movimentos se mobilizaram para garantir que ela continuasse existindo.

Vejam o resultado dessa mobilização. Mesmo com todas as dificuldades que possam existir, mesmo que possamos fazer crítica, sugestão, observação, temos a certeza de que a Caixa é um instrumento para que essa política seja assegurada e garantida.



Portanto, quero agradecer a Jorge Hereda, parabenizando-o pela brilhante atuação nas diversas áreas. A Caixa tem inovado, sendo, inclusive, provocadora da redução dos juros. Se não tivéssemos um banco público, não poderíamos fazer isso no mercado.

Quero também agradecer a Adelson por essa parceria constante que temos. E também a Bira, que deixei por último. Ubiratan é o diretor de Habitação da Conder, esse órgão que temos tanto carinho, até porque tivemos o privilégio de dirigi-lo durante um período, quando pudemos propor e implementar alguns projetos que você tem dado continuidade e ampliado, junto com o presidente. Agradeço a sua presença, Bira, e na sua pessoa agradeço ao governo do Estado pela cumplicidade nesse projeto, compreendendo a importância e a necessidade de continuar fazendo investimentos nessa área.

Para terminar, quero fazer alguns alertas. Em alguns momentos o meu nome tem sido citado como o de alguém que estaria dando guarida a movimentos de luta pela moradia cujo objetivo maior seria negociar, mas não da forma mais adequada. Eu sempre disse que não tinha nenhum problema em me relacionar com esses movimentos, porque sei da seriedade desses movimentos que estão aqui nesta mesa, do compromisso que têm, da seriedade com que agem, (Palmas) e, portanto, não tenho nenhum problema.

Se eu tiver que ir para o Ministério Público para responder por aquilo que está sendo denunciado, irei com a maior tranquilidade, porque tenho convicção de que os que estão aqui fazem com seriedade, na defesa dos interesses maiores de todos aqueles que precisam, de fato, de habitação. Não sei, não conheço nenhum coordenador de habitação, pode até ter alguns que não estão aqui, que não estão neste meio e que têm alguns interesses que não são os interesses reais da população. Mas aqueles que estão aqui...

(A Sr^a Tânia fala fora do microfone.) (Palmas.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Pois é, aqueles que agem dessa forma Tânia, é porque não querem a valorização, a participação dos movimentos sociais na disputa, na luta e cada vez mais na consolidação do seu papel, da sua importância na divisão do poder. O problema é que essas pessoas não estão acostumadas a dividir poder, e cada vez que a gente empodera mais os movimentos sociais, estamos dividindo poder com eles. E é



importante que essa divisão seja feita, porque nós, Poder Público, por mais capazes, mais comprometidos, mais competentes, não seremos capazes de enfrentar os desafios que a nossa sociedade possui, se não estivermos articulados, mobilizados cada vez mais com a maior participação social.

Não tenho dúvida que vocês é que fazem a diferença. Se não tivéssemos movimentos sociais organizados, mobilizados, como temos na Bahia, não teríamos alcançado o que alcançamos. (Palmas.) Então, esse é um desabafo neste momento, volta e meia vêm *e-mails*, correspondências, cartas para nós falando sobre esses temas, e eu quero dizer e reafirmar aqui o meu compromisso com esses movimentos e dizer que esses movimentos sociais que estão aqui, nunca cobraram nenhum centavo para nenhum se inscrever, para participar e ter acesso à moradia. Se alguém está cobrando, está fazendo isso, é importante que os órgãos de segurança, que o Ministério Público investigue e vá em cima desses que estão fazendo isso, porque os que estão aqui têm seriedade, compromisso e estão na luta, de fato.

Em função do horário e após essas palavras, queria dar por encerrada esta sessão, agradecendo as presenças de todos vocês esperando que continuemos nos reunindo e festejando cada vez com o maior número de unidades habitacionais para a Bahia.

(Palmas, muitas palmas.)